

O “MELHOR S  
DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS JE  
E A PAISAGEM NA BELÉM DO GRÃO

---

O “MELHOR SÍTIO  
DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS  
JESUÍTAS E A PAISAGEM NA BELÉM  
DO GRÃO-PARÁ

RHUAN CARLOS DOS SANTOS LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM, BRASIL

## **O “MELHOR SÍTIO DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS JESUÍTAS E A PAISAGEM NA BELÉM DO GRÃO-PARÁ**

### **Resumo**

Neste artigo, investigo a inserção do Colégio e Igreja dos jesuítas na Belém colonial. Analiso, a partir da perspectiva da arqueologia da arquitetura, a forma como essas edificações se constituíram em elementos na paisagem de poder da área mais antiga da cidade. Pautei a investigação tanto na documentação relativa ao período colonial, quanto nos aspectos materiais do referido complexo arquitetônico. Utilizei também mapas e imagens que evidenciam a disposição espacial de Belém, com foco na relação do Colégio e Igreja aqui pesquisados com a urbe. Outro aspecto analisado diz respeito aos discursos impressos nas fontes históricas, tendo em vista as intenções dos padres jesuítas na conformação da paisagem de poder da parte mais antiga da capital do antigo estado do Grão-Pará.

Palavras-chave: Arqueologia da arquitetura, paisagem, jesuítas.

## **“THE BEST SITE ON EARTH”: JESUIT’S SCHOOL AND CHURCH IN BELÉM DO GRÃO-PARÁ’S LANDSCAPE**

### **Abstract**

This article investigates the placement of Jesuit's Church and School in the colonial city of Belém. I analyze, from the archaeology of architecture's perspective, how these buildings became elements in the landscape of power, within the oldest area of the city. The research is based both on the colonial period documentation as well as on the material aspects of this architectural complex. Maps and images demonstrate Belém's spatial layout, focusing the relationship between the College and Church with the city. Another aspect concerns the discourses in the historical sources, taking in account the intention of the Jesuit priests in constructing a landscape of power within the oldest area of the state's capital in the former province of Grão-Pará.

Key words: Archaeology of architecture, landscape, Jesuits.

## EL “MEJOR SITIO EN LA TIERRA”: IGLESIA Y COLÉGIO JESUITA EN EL PAISAJE DE BELÉM DO GRÃO-PARÁ

### Resumen

En esta sección investigo la inserción del Colegio y de la Iglesia jesuita en la Belém colonial. Analizo, desde la perspectiva de la arqueología de la arquitectura, cómo estos edificios se convirtieron elementos en el paisaje del poder, la cual está dentro de la zona más antigua de la ciudad. Me guía en esta investigación la documentación relacionada a la época colonial, así como la documentación relacionada a los aspectos materiales de este complejo arquitectónico. También usé mapas e imágenes que demuestran la disposición espacial de *Belém*, como enfoque en la relación entre el Colegio y la Iglesia con la urbe. Otro aspecto analizado se refiere a las intervenciones de los discursos impresos sobre las fuentes históricas, teniendo en cuenta las intenciones de los jesuitas en la construcción del paisaje del poder dentro de la zona más antigua de la capital de la ciudad, en el antiguo estado del *Grão-Pará*.

Palabras clave: Arqueología de la arquitectura; Paisaje; el Colegio y la Iglesia jesuita.

Endereço do autor para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Rua Augusto Correa, 1 - Campus Básico. Guamá. 66075-110 - Belem, PA - Brasil. E-mail: rhuan.c.lobes@gmail.com

## INTRODUÇÃO

“E como tão silenciosas aquelas igrejas lhe falavam! E seu silêncio e sombra deslizavam pelos sobrados fiéis, o beco e as maestrações”

Dalcídio Jurandir (2004[1960]:86).

Em 1653, os oficiais da Câmara de Belém queixaram-se, ao Conselho Ultramarino, em virtude da construção da igreja dos padres da Companhia de Jesus nas proximidades da fortaleza da cidade. A reclamação pautava-se no argumento de que o prédio representava perigo à linha de tiro da artilharia do forte e, portanto, à defesa da capital da capitania do Grão-Pará<sup>1</sup>. Depois do trâmite de ofícios e pareceres entre os reclamantes e os gabinetes metropolitanos, decidiu a rainha D. Luisa de Gusmão que os padres poderiam continuar com as obras da edificação (Morais 1860[1759]).

Localizado no centro administrativo de Belém, esse não foi o primeiro terreno ocupado pelos jesuítas. Ao chegarem à cidade, os inácianos receberam como doação um lote em uma área mais afastada. Todavia, insistiram em mudar-se para o espaço em que ainda hoje se localiza o Complexo Arquitetônico de Santo Alexandre, enfrentando os questionamentos e oposições de parte expressiva dos moradores. Com o fim da questão e a retomada das construções, a edificação tornou-se uma das mais marcantes na paisagem local, sendo a maior durante certo tempo.

Esse breve relato da trajetória dos jesuítas serve para introduzir as questões que interessam a esta pesquisa. A persistência dos padres em assentarem-se no núcleo político da cidade, bem como o rechaço dos membros da Câmara, suscitam possibilidades de análise acerca da constituição da paisagem urbana de Belém no período

do colonial. No que diz respeito particularmente ao seu bairro mais antigo – na época chamado de ‘Cidade’ (Bettendorff 1990[1698]:74) –, observa-se a localização das instituições de maior representatividade política da época, assim, era o lugar onde concentrava-se o poder, seja o religioso, o político ou militar. Essas instâncias estavam corporificadas em seus prédios-sede: da Igreja Matriz - depois Sé –, a Casa de Câmara, o Palácio do Governo e a primeira fortificação, o Forte do Presépio.

O Complexo Jesuítico mantinha diálogo simbólico com esses edifícios e, através de sua arquitetura, impunha-se enquanto força política dentro da cidade, tanto quanto as outras construções lá existentes. Assim, investigo a inserção do Colégio e Igreja dos jesuítas na Belém colonial, analisando, a partir da perspectiva da arqueologia da arquitetura, a forma como essa edificação se constituiu enquanto elemento na paisagem de poder da área mais antiga da cidade. Desse modo, observei as camadas diferenciadas na paisagem local, tendo em vista as manifestações ideológicas impressas na arquitetura.

Os estudos efetuados até então têm dado destaque para aspectos construtivos da edificação ou, ainda, para a organização funcional da cidade, tendo em vista a distribuição dos prédios. Essas pesquisas estão, sobretudo, inseridas nos debates sobre a urbanização na Amazônia, especificamente para o período colonial. Araujo (1998, 2006) analisou as mudanças ocorridas no mundo urbano da região durante o reinado de D. José I e as diretrizes governamentais do ministro Marquês de Pombal. O interesse específico da autora foi verificar as mudanças formais ocorridas no planejamento das cidades, com destaque para o serviço dos “funcionários do urbanismo” (Araujo 1998:28-37) na condução da criação da paisagem urbana colonial. A

respeito de Belém, Araujo (1998) efetuou análise sistemática, do ponto de vista dos preceitos conceituais, da sua morfologia, afirmando a intencionalidade de seu traço e enfatizando o discurso de monumentalização corporificado na arquitetura a partir do século XVIII.

De forma geral, os outros trabalhos dedicados à questão urbana na Amazônia colonial seguem esse caminho interpretativo. Guzmán (2008) caracterizou a cidade como mestiça, por conta da intensa presença de diversos grupos étnicos – indígenas, africanos e europeus. Os livros clássicos de Cruz (1962, 1973), Mello Júnior (1973), Meira Filho (1976a, 1976b, 1976c) e Tocantins (1987) anteciparam a pesquisa sobre os prédios históricos da capital do Pará e a sua formação colonial, ajudando a inventar Belém como cidade histórica (Kettle & Alves 2008). Do ponto de vista da arqueologia, Marques (2005, 2006, 2010) contribuiu para a descrição das etapas construtivas das edificações do centro histórico belemita, inclusive para o caso do prédio dos Jesuítas<sup>2</sup>. Por fim, Coelho & Marques (2011) apontaram para a relação entre a formação de cidades portuguesas na Amazônia e a ocupação indígena anterior.

Considerando os estudos anteriores, a investigação que resultou nesse artigo centrou-se na leitura da edificação jesuítica enquanto um dos elementos de constituição da paisagem, estabelecendo analogia com as apropriações contemporâneas desse espaço, efetuadas a partir da constituição do Projeto Feliz Lusitânia, encabeçado pelo governo do estado do Pará (Lopes 2011, 2013). Tal projeto objetivou revitalizar a parte mais antiga de Belém, ensejando um discurso de poder na reconfiguração da paisagem. Desse modo, efetuei a reconstituição das sobreposições de paisagens nessa área (Lopes 2013).

A produção do artigo pautou-se na documentação relativa ao período colonial. Efetuei a análise dos discursos impressos nessas fontes no que diz respeito às intenções dos agentes em questão na conformação da paisagem de poder da parte mais antiga de Belém. Assim, a ênfase do trabalho recai na tentativa de organização e controle do espaço por grupos ideologicamente dominantes, tendo em vista a arquitetura. Para isso, utilizei crônicas de dois padres jesuítas, Bettendorff (1990[1698]) e Morais (1860[1759]), com o intuito de verificar, dentro desse discurso oficial da Ordem de Santo Inácio, as concepções relativas à paisagem e à construção e uso do Colégio e Igreja. Ainda sobre a documentação histórica, analisei outros autores contemporâneos do período das construções feitas pelos jesuítas, além de cartas e ofícios presentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Anais da Biblioteca Nacional (ABN), Archivo Romano Societatis Iesu (ARSI) e no “Catálogo do Colégio de Santo Alexandre”. Este último publicado por Martins (2009)<sup>3</sup>. Além disso, analisei imagens de Belém no período colonial para verificar a disposição espacial da cidade e a localização da edificação em questão nesse contexto. Também usei fontes escritas que propiciaram a observação dos usos e disposições dos ambientes internos do Colégio.

### **A QUADRA E O ESPÍRITO: A ARQUITETURA JESUÍTICA NO BRASIL**

De acordo com Martins (2009), as edificações jesuíticas foram preocupação da Ordem desde o seu início, havendo determinação nas atas da VIII *Congregazione* (1646) para que todos os edifícios fossem aprovados pelos superiores de Roma, não permitindo mudanças no prédio depois dessa aprovação. Havia um especialista,

*Consiliarius Aedificiorum*, dedicado ao exame dos projetos e sua inspeção (Martins 2009). Esta autora afirma que os estudiosos da arte e arquitetura inicianas ora argumentaram pela não existência de um estilo jesuítico, ora defenderam a imposição efetuada pela Ordem de um estilo próprio nos locais onde se fixaram ou ainda que os padres se adaptassem aos modos e preferências locais.

Martins (2009) segue esta última perspectiva, pois entende que há variedade nas formas de manifestação artística em tais edificações, particularmente, das igrejas. De modo geral, a plasticidade ocorria em virtude dos fatores geográficos, climáticos, de acesso aos recursos naturais e aos materiais disponíveis para as construções, bem como, dos agentes envolvidos na concepção e elevação dos prédios do seu período (Martins 2009).

Sobre esse debate, Costa (1997[1941]) argumentou por um estilo jesuítico, a despeito das diferenças existentes entre as diversas manifestações da arte dessa ordem religiosa. Trata-se, segundo o arquiteto, de representações no Brasil de composições renascentistas, moderadas, regulares e frias, “ainda imbuídas do espírito severo da contra-Reforma” (Costa 1997[1941]:106). Martins (2009) e Costa (1997[1941]) estão centrados na necessidade de classificar – dentro do quadro da história da arte e da arquitetura – o estilo jesuíta. Em outros estudos da arquitetura dos padres da Companhia pelo mundo, considera-se, do mesmo modo, a sua adaptabilidade nesse aspecto, mesmo avaliando a necessidade de submissão do projeto base dos prédios aos superiores em Roma, que deveriam seguir os esquemas gerais de funcionalidade dos colégios e igrejas (Figueiredo & Martínez 2006, Ruão 2006, Alcalá 2012, Ceballos 2012, Gomes & Lobo 2012).

Isto posto, considero, tal qual Martins

(2009), que as diferentes manifestações da arte jesuítica têm relação com as diversidades de contextos, nos quais os padres se inseriram e erigiram seus templos, colégios e residências. Sendo assim, a análise das injunções locais é necessária para o entendimento da relação global-local inerente a esses padres, o que pode ser interpretado com o auxílio das fontes possíveis sobre a questão, incluindo os superartefatos que são as suas edificações.

Entendo que tais construções são a dimensão material da manipulação do espaço, tendo em vista fatores sociais, culturais e econômicos (Borrazás et al. 2002), e tais não são possíveis de serem entendidos isoladamente (Kamp 1993). Isso é válido na medida em que adoto a perspectiva de que a arquitetura resulta da apropriação dos elementos da topografia e da organização simbólica do espaço, implicando na sua inserção na paisagem local (Kamp 1993, Steadman 1996, Drennan 2010).

Nesse sentido, considero alguns elementos adotados pelos padres da Companhia de Jesus na elaboração de seus prédios, tais como a escolha do terreno, o traço geral do complexo, a ornamentação da igreja. Essas características estão relacionadas à funcionalidade da edificação, mas também imprimem na paisagem o discurso dos seus idealizadores. Outras significações e usos podem ser dados ao conjunto arquitetônico, considerando mediações de significados diferentes e, por vezes, simultâneos (Beaudry, Cook & Mrozowski 2007).

De todo modo, entendo que as edificações tanto incorporam as formas de pensar e comportamentos do passado (Beaudry, Cook & Mrozowski 2007), como possuem relação de reciprocidade no processo de imersão provocada nos sujeitos que circulam entre suas paredes ou são confrontados com suas fachadas, já que podem ser reapropriados em diversos sentidos, pro-

duzindo e sendo produto de relações sociais (Certeau 1998, Bourdieu 1999, Lima 2011, Najjar 2011). Por fim, concordo com a perspectiva de Souza (1995), para quem os edifícios, além de obedecerem a padronizações, se entrelaçam com o contexto de seu tempo e de sua cultura.

A escolha do espaço para a construção das edificações é, ao que me parece, o princípio da materialização do discurso da Companhia. Para o caso dos assentamentos jesuíticos do litoral brasileiro, Najjar (2011:72) observa que todos são implantados em “locais estrategicamente escolhidos, sempre que possível em elevações que lhes permitissem uma boa observação defensiva e, paralelamente, lhes atribuisse posição de destaque e poder”, além de preferencialmente se localizarem as proximidades de grupos indígenas e na foz de rios.

Dentro desse quadro, a igreja e a residência eram erguidas na parte mais central e visível da topografia. Nas reduções jesuíticas da região platina, a configuração foi similar. De acordo com Barcelos (2000), as igrejas eram os elementos de maior importância no quadro urbano das reduções, tanto do ponto de vista material, quanto do social. Barcelos (2000) afirma que os templos eram erguidos com técnicas arquitetônicas mais elaboradas se comparadas às outras edificações do assentamento, os materiais empregados, contudo, foram se refinando no sentido da qualidade e resistência, à medida que os povoados iam se consolidando. As igrejas não eram construídas imediatamente com toda a suntuosidade que lhes são peculiares no período de maior solidez das reduções, mas quando alcançavam a sua fase final em termos de volumetria, “com altura e dimensões superiores às outras construções”, tomavam “destaque no conjunto arquitetônico e, neste sentido, reforçavam o caráter so-

cial de sua função” (Barcelos 2000:174).

Custódio (2002) fornece leitura semelhante para o caso específico de São Miguel Arcanjo, uma das reduções da Província Jesuítica do Paraguai. Para este autor, a organização espacial desse lugar obedecia às premissas barrocas, no sentido cenográfico e teatral. Todo cenário era concebido para dar destaque ao monumento principal, a igreja, caracterizando a disposição hierárquica espacialmente planejada.

Os casos estudados por Najjar (2011), Barcelos (2000) e Custódio (2002) são referentes aos assentamentos fundados e organizados espacialmente de acordo com as necessidades dos padres jesuítas. Para a Amazônia, apesar de não haver um estudo sistemático sobre a espacialidade das missões religiosas, é sabido que os padres escolhiam os lugares para as aldeias de acordo com algumas conveniências, como a proximidade aos rios e aos povos indígenas, as vantagens ecológicas para acesso aos recursos naturais e, no que tange à organização espacial, preocupavam-se em constituir a missão tendo em vista a ideia de controle visual a partir do centro da aldeia, local onde era erguida a igreja e residência (Lopes 2009, 2010). Todavia, a ingerência dos padres teve que conviver com os interesses dos próprios indígenas, especialmente nos casos de mudanças nas localizações dos aldeamentos (Lopes 2009, 2010).

Nos centros urbanos, a localização do conjunto arquitetônico obedecia à lógica semelhante, primeiro por se encontrarem nas cidades politicamente importantes; segundo, por se inserirem em pontos de destaque da urbe (Najjar 2001, Figueiredo & Martínez 2006, Alcalá 2012, Ceballos 2012, Gomes & Lobo 2012). Os jesuítas tinham, por interesse maior, a mediação direta com os fiéis, entendendo que através de sua ação de conversão poderiam



livrar o mundo dos hereges e infiéis.

Essa postura era radicalmente oposta a das ordens monásticas, voltadas para dentro de si e reclusas nos monastérios (Araújo 2000, Eisenberg 2000, Castelnaul-Estoile 2006). Esse aspecto é elementar para se entender a localização dos Colégios nas áreas mais importantes politicamente do mundo urbano. Segundo Costa (1997[1941]:107), a localização era preferencialmente de frente para um espaço aberto, “onde o povo pudesse se reunir e andar livremente”.

Alcalá (2012) afirma que, nos casos da América espanhola, verificam-se alguns elementos caracterizadores do selo de identidade nas edificações jesuíticas, advindas das diretrizes na forma de operar da ordem: funcionalidade dos espaços, grandiosidade dos prédios e a tendência em situar-se nos centros urbanos. Somase a isso a recorrente inserção nas áreas das praças centrais das cidades, influenciando nos seus traçados. Os casos mais notórios, nesse sentido, são a Cidade do México, Cuzco e Puebla de los Ángeles (Alcalá 2012).

Em Puebla, o erguimento da igreja tomou parte da rua que lhe fazia fronteira, modificando o seu desenho para dar maior suntuosidade à edificação, o que gerou protesto das autoridades, vencidos pela argumentação jesuítica frente à Coroa; em Cuzco, também a presença da Companhia ao lado da catedral ocasionou manifestações em contrário por parte do colégio de clérigos locais (Alcalá 2012).

Assim, a localização das construções estava associada com as linhas básicas da arquitetura inaciana e, do mesmo modo, a sua forma de atuação diante da sociedade colonial. Nas cidades brasileiras, a atuação seguiu essa lógica, como é o caso de Salvador (BA), São Luis (MA) e Belém (PA)

(Costa 1997[1941]). Escolhido o local, a construção era erguida paulatinamente, com destaque para a necessidade de erigirem-se igrejas mesmo que provisoriamente, para manutenção de um “espaço sagrado” de referência (Barcelos 2000). Costa (1997[1941]:107) divide o programa de construções em três partes, de acordo com a sua funcionalidade: “para o culto, a igreja, com coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para a residência, os ‘cubículos’, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da ‘cerca’, com horta e pomar”. De forma sucinta, essas eram as orientações elementares da Ordem: deveriam atender aos princípios de solidez, sobriedade, funcionalidade e salubridade, considerando ainda a distribuição em quadra, “isto é em locais articulados em torno de um pátio, com quatro partes distintas de utilização, destinadas ao culto religioso, ao ensino e ao trabalho, à residência e à subsistência” (Carvalho 2002:192).

O formato em quadra foi o partido arquitetônico característico das ordens religiosas, permitindo desse modo a formação de pátios – poderia ser um ou dois (Costa 1997[1941]). Na Idade Média, o claustro constituía um microcosmo nos monastérios, considerados, segundo Sebastian (1994), os corações da comunidade religiosa, tendo suas pilastras como a representação da paciência e seus lados representavam o desprezo a si mesmo e ao mundo, bem como o amor ao próximo e, por fim, a Deus. Eram, portanto, a reprodução do paraíso, por onde passava o eixo do mundo.

Apesar de estarem influenciadas pela arquitetura dos monastérios e conventos medievais, as edificações em quadra jesuíticas possuíam especificidades quanto a sua função e estrutura. Não eram rodeadas por galerias – utilizadas para reflexão nas outras construções religiosas – e tinham

como fronteira as paredes – “muros” – dos quatro lados do conjunto arquitetônico, não havendo a atmosfera de sossego (Araújo 2000). Deriva isso do “espírito” da Ordem (Costa 1997[1941]), relacionado aos usos práticos que eram dados aos pátios. Desse modo, o pátio não possuía em sua concepção um tratamento arquitetônico específico e funcionava “como centro nervoso, a partir do qual se desenvolviam as diversas atividades do Colégio ou Residência” (Le Bihan 2005:56).

Com este panorama, têm-se na literatura referências aos elementos essenciais das construções jesuíticas, considerando a tipologia das edificações, com seu traçado sóbrio e funcional, contrastando com a decoração suntuosa e significativa volumetria do conjunto; soma-se a isso a tendência na escolha de lugares de referência nos centros urbanos para implantação dos colégios e igrejas, associando-se desse modo com a paisagem de poder das cidades coloniais, pensadas sob a ótica barroca. Se nas missões, a organização espacial tinha como diretriz a condução do olhar ao templo, epicentro da aldeia; nas urbes, os inicianos procuravam incorporar-se ao discurso previamente existente, aproveitando para imporem-se enquanto força política.

## O QUADRO URBANO DE BELÉM (SÉCULOS XVII-XIX)

Fundada em 1616, no contexto de ocupação ibérica do Vale Amazônico (Cruz 1973), Belém foi instalada inicialmente em um terreno que “apresentava-se como uma plataforma praticamente plana e com cota de cerca de sete metros, circundada pela baía do Guajará, pelo rio Guamá e isolada da terra firme, um pouco mais baixa, por um grande alagado, o Piri” (Araujo 2006:14). Essa topografia é entendida dentro da perspectiva de estratégia militar da

época, no sentido da defesa do território.

Ressalta-se que uma das recomendações dadas a Castelo Branco – líder da frota enviada de São Luis para explorar e salvaguardar a região – era a de fundar povoações e fortificações na zona litorânea, usando, inclusive, as aldeias indígenas já existentes (Lima 2006). Logo, entende-se que a escolha do local pode ter sido influenciada tanto pela experiência dos nativos, quanto pela necessidade de aproximação política entre estes e os europeus, como recentemente foi sugerido por Coelho & Marques (2011).

Provavelmente, a topografia onde se erigiu o Forte do Presépio pareceu estar de acordo com essas prerrogativas. Belém compunha-se, dessa forma, como uma “cidadela natural”, fortificada pelas próprias características naturais do seu entorno: a baía do Guajará, o rio Guamá e o Pântano do Piri, elementos topográficos que dificultariam qualquer ataque militar, por terra ou por água (Araujo 1998).

A organização espacial de Belém deu-se em função de sua primeira construção, o Forte do Presépio, seguindo uma perspectiva radiocêntrica no seu arruamento. Dessa forma, a cidade foi organizada com uma lógica que não pode ser concebida como aleatória, mesmo que não se conheça um plano pré-determinado especificamente para Belém (Araujo 1998). Era dividida-se em duas freguesias ou bairros: a da Cidade e a da Campina (Bettendorff 1990[1698]), havendo em seus pontos limites instalações religiosas (Araujo 1998).

Além da fortificação de 1616, outras duas foram construídas ainda no século XVII: São Pedro Nolasco (em 1665) e da Barra (em 1685). A primeira localizava-se na baía do Guajará, atrás do Convento dos Mercedários; a segunda, mais afastada, foi erguida no meio da Barra do Pará, na altura do

que é hoje o bairro de Val-de-Cães (Araujo 1998). Na imagem da cidade de 1640, pode-se verificar ainda o reduto de Santo Antônio, erigido sobre um barranco (Reis

2000) (Figura 1).

Se o núcleo inicial foi o que hoje chamamos de bairro da Cidade Velha – primeira-



Figura 1 – De *stat ende fort van Gran Para*, c. 1640. Arquivos Nacionais de Haia, Países baixos (Reis 2000). Destaque para área do bairro da Campina. Edição: Evandro Paixão.

mente chamado de Cidade – logo a expansão urbana ocorreu no sentido nordeste para a freguesia da Campina (Araujo 1998, Meira Filho 1976). Administrativamente, os limites eram um tanto maiores, posto que a légua patrimonial da cidade se estendesse, por um lado, até o Utinga – nas margens do igarapé do Tucunduba – e, por outro lado, até Val-de-Cães (Araujo 1998). O bairro da Campina era mais próximo à baía do Guajará e ao canal do Piri, desempenhando funções mais comerciais, já no bairro da Cidade, localizava-se a estrutura administrativa (Araujo 1998).

Nos fins do século XVII, o padre Bettendorff (1990[1698]: 23) fez a seguinte afirmativa em relação à urbanidade de Belém:

“Era a cidade do Pará ainda em o anno de 1660 cousa mui limitada, porém depois disso cresceo tanto em moradores e casas bellas, que agora se póde gloriar do titulo de cidade; se bem é mui pobre”. O cientista francês La Condamine (2000[1745]: 112), já na primeira metade do século XVIII, comentou que “(a)figurava-se-nos, chegando ao Pará, e saídos das matas do Amazonas, ver-nos transportados à Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construídas desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas”.

A partir de 1750, Belém passou a ser capital do estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo a residência oficial do governador,

posição que ocupou sazonalmente em tempos anteriores (Araujo 1998). Nessa década, começaram a ocorrer algumas mudanças mais significativas na arquitetura da cidade (Araujo 1998). A primeira foi a construção do pelourinho, deslocado da Praça da Sé<sup>4</sup> – na Cidade – para a Campina: construiu-se às proximidades do canal do Piri, entre as duas fortificações da cidade – o Forte do Presépio e o de São Pedro Nolasco.

Nos anos seguintes, um dos debates mais recorrentes foi relativo ao Pântano do Piri. Se nos anos iniciais, ele era uma das barreiras naturais de defesa da cidade, nos fins do século XVIII e ao longo do XIX, passou a ser um problema sanitário, havendo algumas tentativas de secá-lo (Baena 2004[1885]). Segundo Baena, o pântano possuía 600 braças de largura por 300 de comprimento – algo em torno de 1.098 por 549 metros. Diz ainda esse escritor que “levou um século para o seu ensecamento” (Baena, citado por Meira Filho, Tourinho & Couto 1975:86). O que resta desse alagado é o atual canal da Avenida Tamandaré. O antigo igarapé que o ligava à baía do Guajará está atualmente canalizado e sob a Avenida 16 de Novembro (Meira Filho, Tourinho & Couto 1975). Nas proximidades desse canal, ainda nos setecentos, foi construído o Palácio dos Governadores na segunda metade do século XVIII, necessitando assim que ocorresse o aterramento de parte desse córrego (Baena 2004[1885]).

Não apenas o Piri começou a ser visto como empecilho sanitário, mas todas as áreas de várzea que entrecortavam a cidade, tendo em vista a variação na topografia entre zonas de várzea e de terra firme. Neste sentido, foram constantes os aterramentos “para a eliminação dos alagadiços existentes junto aos baixos cursos de alguns igarapés” (Penteado 1968:62),

opção tida como “mais simples e radical” (Moreira 1976:97)<sup>5</sup>.

No entorno do núcleo urbano, havia um número considerável de engenhos – nos rios Acará, Moju e Guamá – que mantinham relação direta com a cidade. As primeiras alusões ao cultivo de cana-de-açúcar e à produção do açúcar são oriundas ainda de 1616, indicando que Castelo Branco a possuía (Marques 2004). Em 1666, Heriarte menciona a existência de sete engenhos na área urbana da capital do Grão-Pará (Marques 2004).

Esses engenhos podiam ser tanto os que estavam na zona mais imediata da cidade, quanto os que se localizavam fora do distrito urbano. Sendo Belém o centro administrativo, os donos de engenho necessitavam tratar de questões na própria cidade, além de muitos possuírem casas em suas freguesias. O caso exemplificativo nesse sentido é o dos padres Jesuítas: “sediados” em Belém, possuíam os engenhos de Borajuba e Jaguarari em suas proximidades (Marques 2004)<sup>6</sup>.

### **“O MELHOR SÍTIO DA TERRA”: BIOGRAFIA DO COLÉGIO E IGREJA DOS JESUÍTAS EM BELÉM**

Najjar (2011) propõe que a ocupação jesuítica do litoral brasileiro ocorreu em quatro momentos, considerando a evolução da arquitetura dos assentamentos. O primeiro é relativo ao início da colonização brasileira e da chegada dos primeiros jesuítas, estendendo-se até o século XVII – encarnado na construção da “casa comunal de múltiplos usos”; o segundo, quando a vinda de mais padres era necessária para a catequese, a casa comunal era abandonada e já se construía igreja, sacristia e cerca, acontecendo o fechamento do pátio; no terceiro momento – até 1759 – havia o fechamento

da quadra com as alas do complexo arquitetônico, dentro dos limites estabelecidos anteriormente pela cerca, demonstrando o total estabelecimento da Ordem no mundo colonial; por fim, o quarto momento é relativo ao período posterior à expulsão dos padres inicianos do Brasil e refere-se essencialmente às transformações nas funções das edificações ou ainda às modificações no programa construtivo (Najjar 2011).

Com as devidas ressalvas para o caso que apresento nesse artigo, utilizei o modelo de Najjar (2011) como referencial. Adoto também a concepção de processo construtivo proposta por Martins (2009), que inclui desde a primeira edificação no bairro da Campina até a inauguração do complexo. Para esta autora, tal processo é dividido em três etapas, de acordo com a evolução das características arquitetônicas dos prédios: a primeira se inicia na Campina, em 1653, mesmo ano do início da segunda, já no terreno da Cidade, durando até 1668; entre os anos de 1668 e 1670 ocorreram melhorias no complexo, culminando com sua inauguração em 1718 ou 1719 (terceira etapa). Todavia, as melhorias dentro do prédio, particularmente da igreja, foram constantes até a expulsão dos padres em 1659.

Acrescento, porém, que não somente a tipologia arquitetônica, incluindo seus aspectos formais e construtivos, é de relevância nessas etapas, pois importante também é a localização dentro do quadro urbano de Belém, devido à inserção do prédio na paisagem. Como destaquei anteriormente, as diretrizes essenciais da arquitetura jesuítica concebiam a possibilidade de adaptações às condições locais, inclusive no que diz respeito aos materiais utilizados no erguimento dos edifícios, modificando sempre que necessário as técnicas, formas e estilos, mas tendo em vista

a funcionalidade das edificações. Mesmo o partido em quadra, comum no Brasil, foi modificado em outros lugares do globo (Ceballos 2012).

A diversidade de estilos, formas e técnicas é detectável em tantos outros exemplos, seja na Europa (Ceballos 2012, Figueiredo & Martínez 2006, Ruão 2006), na América espanhola (Alcalá 2012), na Índia (Gomes & Lobo 2012) ou no Brasil (Costa 1997[1941], Martins 2009, Najjar 2011). Para o caso que apresento nesse artigo, esses aspectos garantem peculiaridade ao conjunto arquitetônico, justamente por contar com os “materiais da terra”, como afirma Martins (2009), que foram utilizados tendo em vista o programa de necessidades do Colégio e da Igreja. Com base no que foi exposto, discorro nas seções seguintes sobre a conformação material e da técnica utilizados na construção, relacionado-os à funcionalidade.

### “PARA A BANDA DO MATO”

A primeira etapa da construção jesuítica se insere em um quadro urbano que corresponde, assim, ao estabelecimento inicial dos padres inicianos em Belém e a sua consequente inserção na paisagem local. Com isso, ocorreu o jogo de significação por parte dos padres, tendo em vista as leituras que os mesmos fizeram do primeiro local de assentamento. Ao chegarem à Cidade do Pará, os jesuítas foram recebidos no convento dos Mercedários, no bairro da Campina, onde permaneceram por dois meses (Morais 1860[1759]). Após isso conseguiram a doação de um terreno às proximidades deste convento (Figura 1), onde construíram a primeira habitação, já que,

“cuidarão logo [os padres] em buscar sitio para a fundação, e forão os primeiros que, por então, tomarão

huns chãos junto do matto para a parte da campina, que sendo hoje a melhor situação daquella cidade, era naquelle tempo a parte mais retirada, e por isso dos Padres mais appetecida.(...)

Este primeiro sitio que para sua habitação tiverão aquelles Padres, em qual fundarão huma pequena casa coberta de palha da terra, com sua capellinha, onde podessem continuar o louvavel e proveitoso exercicio dos nossos santos misterios” (Morais 1860[1759]: 297).

Como consequência das mudanças da primeira edificação, aconteceu uma série de manifestações de alguns moradores, relacionadas com as divergências políticas corriqueiras entre colonos e jesuítas (Azevedo 1999[1901]). Ao descrever a habitação da Campina, Moares diz:

“Erão as casas que por então habitavam os nossos operarios de tão limitado recinto, e de tão poucos commodos, que sobejando para os dous, para os mais se fazia precisa maior extensão; e ainda que no mesmo lugar se pudesse alargar mais o edificio, era porém a terra tão humida, por ser baixa e alagada, que não podia deixar para o futuro de fazer pouco sadia a vivenda.

Era preciso ao Padre Souto-Maior buscar sitio em que se fisesse mais commoda e agradavel a habitação do novo Collegio, e onde se pudesse gozar das conveniencias precisas ao maneo delle” (Morais 1860[1759]:316).

Diante da possibilidade de chegada de outros jesuítas à Belém, João Felipe Bettendorff afirma que “estando o Padre João de Souto Maior com esperanças certas de algum socorro de Missionários não só do

Reino como da Provincia do Brazil, como achavam o sitio em que moravam para abanda do matto muito humido e por isso pouco sadio, tratou logo de procurar outro mais enxuto e mais commmodo e sadio” (Bettendorff 1990[1698]:74).

Morais (1860[1759]) acrescenta que estes outros padres foram recebidos ainda no primeiro sitio, apesar do segundo local da edificação já ter sido adquirido. José de Moraes indica inicialmente que o local da primitiva construção na Campina, “junto ao mato” era mais adequado aos padres, justamente por ser a parte mais distante da cidade.

Nesse lugar, simples e afastado, nas palavras de Moraes, os inicianos puderam desenvolver suas atividades. O autor informa que as condições naturais do terreno, úmido e alagado, não permitiriam a expansão do Colégio, mesmo havendo espaço para tanto. Bettendorff reforça essa ideia ao afirmar que a insalubridade do local, indicando que o novo sitio a ser ocupado deveria ser mais cômodo e sadio.

Destaca-se que todas essas condições inadequadas são resumidas na intenção de se encontrar um ambiente no qual as atividades de um colégio pudessem ser desenvolvidas de maneira pertinente. As adjetivações feitas pelos padres ao terreno tentam convencer o leitor da necessária mudança para o lugar ao lado do Forte, destacando principalmente a sua insalubridade.

O bairro da Campina, como se deduz, é posto como local inadequado ao desenvolvimento das funções de um Colégio jesuítico, na medida em que estava afastado do centro político de Belém. Tem-se, assim, a argumentação de inserção da edificação e seu aparato em um ponto de destaque do núcleo urbano, característica elementar da Ordem Inaciana (Najjar 2011, Figueiredo & Martínez 2006, Alcalá 2012, Ceballos

2012, Gomes & Lobo 2012).

Em maio de 1653, quatro meses após a chegada dos jesuítas em Belém, o padre Antonio Vieira anunciou que “já tem o melhor sítio da terra, princípios de Colégio” (citado por Leite 1945a:209), o que demonstra o interesse desde o princípio em não se fixarem na Campina.

As referências ao material construtivo são constantes nas narrativas dos cronistas jesuítas do Grão-Pará. Na instalação da Campina e na segunda etapa da edificação na Cidade, os materiais utilizados possuíam características menos duradouras, o que provavelmente relaciona-se com as necessidades imediatas dos padres no momento da construção. A casa “junto do matto” foi descrita por Morais (1860[1759]: 297), como “pequena” e “coberta de palha da terra, com sua capelinha”, com poucos cômodos.

Esse momento trata-se, tal como propõe Najjar (2011), da materialização das condições do inicial estabelecimento dos padres, com a construção de uma casa comunal de múltiplos usos e capela. As dimensões e disposição dos espaços internos, não claramente descritos, indicam a transitoriedade do prédio, necessário para as primeiras ações de afirmação efetiva da Ordem.

Segundo Bazin (1983: 54), as técnicas utilizadas nas construções das igrejas coloniais brasileiras seguiam o modelo indígena, “com folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira” que não necessitava de direcionamento de arquiteto, por ser simples em sua constituição. Deve-se dizer que tal padrão era seguido de maneira geral pelos colonizadores e, provavelmente, essa primitiva construção jesuítica também possuía chão batido, como era recorrente no período (Meira Filho 1976). Para essa etapa, os padres cronistas Bettendorff (1990[1698]) e Morais (1860[1759]) são

pouco descritivos, ao contrário das menções mais detalhadas quanto à evolução das etapas subsequentes na Cidade.

## “NA VISTA DO MAR”

O novo sítio foi descrito em todas as suas vantagens, sempre em comparação com o primeiro. Bettendorff (1990[1698]), prosseguindo com a justificativa para mudança do local da edificação, afirma que

“pareceu-lhe [ao Padre João de Souto Maior] o melhor de todos aquelle em que hoje neste tempo prezente está edificado o Collegio de Santo Alexandre junto ao Forte, na vista do mar, lavado dos ventos, tanto que outro nenhum de toda a Cidade procurou licença para tel-o, e não deixou de achar grandes obstáculos para essa, mas venceu-os sua singular industria e habilitade para que lhe concedesse d’El Rei e seus Ministros, sem embargo de muita vizinhança da Fortaleza real da Cidade; com isto comprou o sitio a um certo Gaspar..... Cardoso, casado com Joanna de Mello, que falleceu este anno de 1697 nesta cidade” (Bettendorff 1990[1698]:74).

José de Morais (1860[1759]:316), por seu turno, explica a necessidade de um local mais adequado às atividades de um Colégio, sendo pertinente o terreno localizado “n’uma ponta de terra, que sahia mais ao mar, [qu]e estava na parte da cidade junto ao Forte do Santo Christo, em terra alta, de boa vista, de accommodado porto, e o mais lavado dos ares, e de melhor commo-didade daquelle districto (...) com extensão suficiente para a nova fabrica”.

Novamente, o que é ressaltado são as características físicas, mas agora com o dis-

curso da salubridade, indicando as condições necessárias para a localização do edifício e ao desenvolvimento de suas funções. Por certo, há de se considerar as condições práticas para a edificação, incluindo as mencionadas pelos dois padres (desde as condições geográficas até a extensão do terreno). Além disso, a disponibilidade de terrenos na Belém dos seiscentos não está bem definida pelos pesquisadores do assunto, o que poderia ser uma informação importante para observar-se o quadro geral da disposição das propriedades.

Para o século XVII, a única fonte iconográfica que retrata Belém é a de 1640 (Figura 1), onde se vê o espaço ao lado do Forte do Presépio vazio, com um grande largo onde se localizava o pelourinho, ladeado por quadra de casas. Vê-se na área da Campina uma ocupação menor das edificações, o que pode indicar maior disponibilidade dos terrenos. Na seção seguinte deste texto discutirei com mais detalhes a questão da localização do Colégio no bairro da Cidade, explorando as representações criadas pelos próprios padres sobre o lugar. Por hora, darei continuidade às descrições que tratam da paulatina conformação do prédio, tendo em vista a analogia com o modelo proposto por Najjar (2011).

Após a compra do terreno, deu-se o início das construções da nova habitação – casa e igreja – dos padres na Cidade (Morais 1860[1759], Bettendorff 1990[1698]). Desta primeira construção ao lado do Forte do Presépio, ocorrem problemas estruturais, ao que parece pela pressa em que foi erigida. Segundo o padre Bettendorff,

“porém como se fez [casa na cidade].....com pressa pelos que assistiam no Pará.....o Padre Antonio Ribeiro e o Padre Salvador do Valle, e se cobriu de telha, deu logo de si por estarem mal encaixados os tirantes, ficando as paredes

com abertura quase de um palmo e o tecto todo abaixado de sorte por milagre do Céu não matou a todos, e foi forçoso tirar a telha e cobri-la de pindoba da terra, ficando desta sorte até o anno 1670”(Bettendorff 1990[1698]: 75).

Para Bazin (1983), a recorrência desse tipo de acidente nos anos iniciais da Companhia no Brasil deveu-se a não existência de mão-de-obra especializada, incluindo técnicos com formação específica. Em virtude disso, os padres, normalmente os Superiores, responsabilizavam-se pelo traço dos edifícios. Logo, os materiais provisórios e a falta de gente qualificada para as obras ocasionaram, em Belém, problemas estruturais em Santo Alexandre. Leite (1945), por exemplo, afirma que o padre Souto Maior provavelmente não possuía experiência anterior com arquitetura.

Até 1669, a construção dos jesuítas em Belém era simples, com a igreja ainda constituindo-se como uma ermida de taipa de mão, com cobertura de pindoba (folhas de palmeira), sem pátio e com decoração simples (Bettendorff 1990[1698]). Mesmo não havendo ainda a clássica formação em quadra, objetivo final dos padres jesuítas em suas construções (Najjar 2011), o prédio já apresentava as compartimentações essenciais: ortaria, dois pavimentos, sacristia, igreja e o quintal cercado de pau a pique (Bettendorff 1990[1698]).

Como ressalta Costa (1997[1941]:108), as diretrizes de Roma determinavam que as construções atendessem à “perpetuidade”. No Brasil, essa exigência foi cumprida com a utilização nas construções definitivas de “taipa de pilão ou (...) pedra e cal”. Em Belém, na segunda etapa de Santo Alexandre, houve uso dessas técnicas construtivas, além da taipa de mão, sendo que a pedra e cal foi utilizada principalmente nas vigas (Martins 2009). Meira Filho (1976)



descreve essas tecnologias arquitetônicas da seguinte forma:

“Logo surgiria a taipa de mão, com o enchimento em barro cru, das madeiras trançadas regularmente, proporcionando melhor vedação interna e externa. Depois viria a taipa de pilão, processo decorrente do primeiro, mas com a adaptação de maior largura entre duas caixas de madeira, como que formando uma estrutura especial, resistente, mediante o apiloamento do barro, com pedras rejuntadas e fortes. Posteriormente, a esse mesmo tipo de construção, de estrutura, seria adicionada a cal, e assim o colono obtería uma nova modalidade de

levantar seus edifícios e residências, com duração prolongada e garantida. As paredes assim concebidas tinham proporções especiais dependentes da natureza da obra e sua finalidade” (Meira Filho 1976: 443).

Ainda segundo Meira Filho (1976), a evolução das técnicas construtivas utilizadas pelos jesuítas nas etapas da edificação na Cidade indicavam a busca pela perenidade da obra, sendo que a primeira referência ao uso de telhas na cobertura dos prédios em Belém<sup>7</sup> é relativa aos padres inacianos. Acrescenta o autor que houve conjugação de tecnologias, já que mesmo com o uso da pedra e cal, a taipa de mão, a palha, as varas “ou qualquer outro material usado

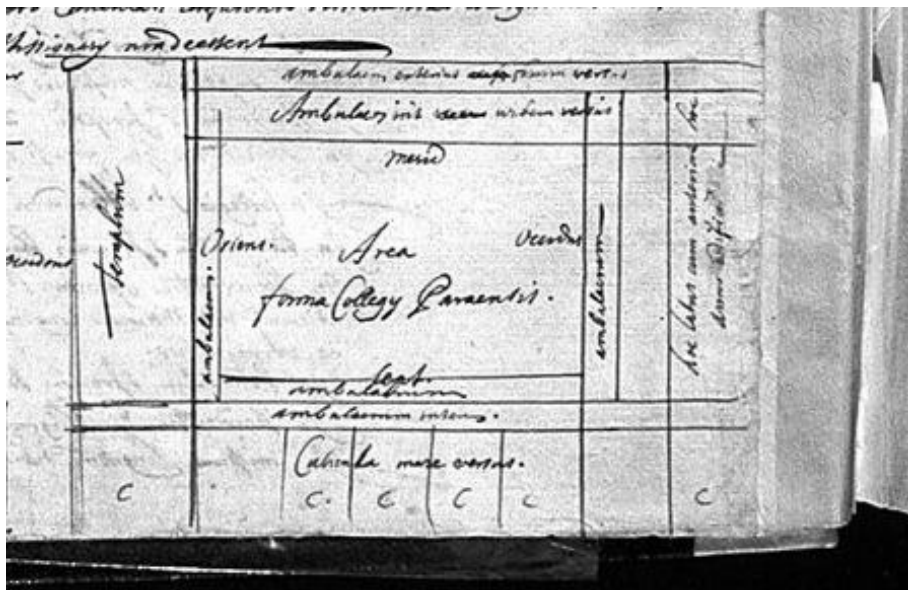


Figura 2 – “Forma Collegii Paraensis”. Fonte: Bettendorff (1671) (ARSI, Bras. 27, fol. 2v).

na época como mais acessível e indicado” foram empregados nas várias modificações pela quais passaram o Colégio e Igreja dos padres inacianos (Meira Filho 1976: 334).

Martins (2009) argumenta que a partir do ano de 1671 foram iniciadas as reformas, o que considera a transição para a terceira etapa da edificação. Ainda segundo a pesquisadora, esse período de mudanças se inicia efetivamente com a substituição do primeiro corredor, construído antes da transferência dos padres para a Cidade. Desta mesma data é a planta baixa desenhada por Bettendorff, na qual se observa a disposição do Colégio e igreja tanto de Belém quanto de São Luis, já em formato de quadra<sup>7</sup>. Na planta são definidos os espaços de uso do complexo (Figura 2):

“ao centro um pátio, rodeado todo, nos quatro lados dele, de varandas (*deambulacra interiorana*); e depois ao sul, um corredor que dava para a praça; ao norte, um corredor entre a varanda e os cubículos, que davam para o mar; ao *orient*e, ao longo da varanda, a igreja; ao *ocidente*, pegado à varanda, um corredor e daí para o exterior os novos aposentos que se iam construir esse ano” (Leite 1945: 211-212, itálicos no original).

A planta desenhada por Bettendorff indica os elementos essenciais da arquitetura dos jesuítas, particularmente no que tange aos aspectos funcionais da edificação. Em analogia ao modelo proposto por Najjar (2011), observa-se que a cerca para o fechamento do pátio era uma importante etapa do processo construtivo.

No primeiro momento da edificação jesuítica, na Campina, a organização espacial era mais simples, essencialmente, ao que me parece, pelo seu caráter provisório, as-

sim como as casas comunais de múltiplos usos descritos por Najjar (2011). No segundo momento, no caso de Belém, a instalação já era definitiva e as projeções para a ocupação do espaço (com Igreja e as alas do Colégio) já aparecem desde a escolha do terreno.

Tal qual menciona Najjar (2011) para o litoral brasileiro, o fechamento dos lados da quadra com igreja, colégio ou as cercas, define também o ‘mundo’ jesuítico, justamente pela conformação da espacialidade propiciada pela construção. Na planta apresentada por Bettendorff, as alas já estão definidas, com indicações de suas funções e posicionamentos dentro da paisagem urbana e balizamento do microcosmo dos padres.

O complexo, não por acaso, é voltado para o largo (praça) central da cidade, por onde se teria acesso à Igreja e aos espaços do Colégio, já os cubículos onde residiam os religiosos, postos na parte posterior, foram pensados para a comodidade dos padres, por um lado afastados do largo, mas próximos ao canal do Piri e, provavelmente, de uma das áreas portuárias da cidade. Segundo Bettendorff (1990[1698]:482), os cubículos deveriam ser “todos virados de modo a serem commodos e frescos”. Os cubículos faziam fronteira com o pátio, ambiente de circulação e iluminação direta, como foi observado por Araújo (2000) no que diz respeito às edificações missionárias do sul do Brasil.

Dentro desse pátio foram erguidos “casas e armazéns para recolher” os gêneros advindos das fazendas e aldeias missionárias, o que deixa evidente a função mercantil, associada à religiosa dos Colégios, o que definia sua arquitetura (Leite 1945b:171). Acrescenta-se que no pátio houve o cultivo de plantas Bettendorff (1990[1698])

Entre os anos de 1667 e 1668, o padre

reitor do Colégio, Francisco Veloso, edificou a “egreja de taipa de pilão” (Bettendorff 1990[1698]:247). A igreja contou ainda com contribuição de Paulo Martins Garro, capitão-mor do Pará, e sua esposa D. Maria de Athayde de Vasconcellos, para a construção da capela-mor. Entretanto, novamente ocorreram problemas na confecção do prédio do templo, por conta da inexperiência do executor da obra: as paredes ficaram tortas, sendo necessário redefini-las (Bettendorff 1990[1698]).

Bettendorff acrescenta os aspectos relativos aos elementos internos da igreja, dando a entender a existência de projeções para a arquitetura interna do templo: “Faltam os retábulos para todos os altares, para os quaes, uns vinte annos depois della feita, dei ao Padre reitor Bento de Oliveira quarenta e duas couçoeiras de cedro precioso, largas de três palmos e compridas de vinte e sete para os fazer” (Bettendorff 1990[1698]: 248).

A visita do padre superior Manoel Nunes impulsionou as modificações na igreja, já que essa a considerava “imperfeita”, além do fato de que a Casa (Colégio) estava ameaçando ruínas. Havendo a necessidade de abertura da igreja para a festa de São Francisco Xavier, orago do templo, os padres enfatizaram a finalização da ornamentação do lugar.

Após isso, as obras dessa fase de transição para terceira etapa não cessaram. O material construtivo utilizado na casa e igreja da aldeia de Carnapió, desativada por conta da sua mudança de local, foi transferido para as obras de Santo Alexandre e da igreja de São Francisco Xavier. Outra medida foi o corte de madeiras, executado pelo índio Antonio, da residência do Gurupi, todas utilizadas “para cobrir as casas e varandas do pateo, que tinha mandado fazer (...) estando a egreja e casas, dantes,

cobertas de pindobussú ou palmeira grande” (Bettendorff 1990[1698]: 255).

Além disso, houve o levantamento da parede, em taipa de pilão, conserto do muro do pátio (preenchido com cal e pedaços de telha). Bettendorff menciona então a construção de “uma parede para a banda do mar, e fazer um pateo para a banda da cidade, e cercar o quintal com um muro” (Bettendorff 1990[1698]: 262), o que é efetivado meses depois.

Ao que parece, o corredor novo voltado para a banda da fortaleza possuiu destaque por ser o direcionador de outras obras no Colégio (Martins 2009). Bettendorff investiu os recursos da venda de um barco para “acabar o corredor novo, mandando pol-o ao nível do outro, levantar as paredes e soalha-lo todo com os cubículos e rebocal-o, deputando o maior delles para a theologia e um dos outros de baixo, para a banda da rua para a classe de latim” (Bettendorff 1990[1698]: 455). Por fim, sobre o referido corredor, o padre luxemburguês diz que na época do reitorado do padre João Carlos já se

“andava com as obras do corredor novo para a banda da fortaleza, já levantada, com taipa de pilão quasi até o sobrado, que a não ser aquillo não lhe havia eu de permitir fazello daquella banda do Oeste, pela muita calma que havia de haver nos cubiculos, por lhe dar o sol de frécha toda a tarde, mas havia de mandar fazer ahí uma bella egreja e em lugar da que é, e não é de prestimo, mandar levantar um famoso corredor com cubiculos todos virados de modo a serem commodos e frescos; mas como o corredor principiado estava já em tal altura que não soffria mudança, deixei ir a obra por diante por ser muito bella, ainda que

menos commoda” (Bettendorff 1990[1698]: 482).

Tal parte da obra do complexo também sofreu com imperfeições na sua execução, deixando a totalidade da obra com desarmonia. As escavações realizadas no Colégio de Santo Alexandre, pautadas na busca dos referenciais arquitetônicos citados nas fontes históricas, demonstraram parte desse processo construtivo descrito por Bettendorff. O espaço para a escavação foi definido “pela face interna posterior do prédio do Colégio, o muro da ladeira do Castelo, o prédio do Seminário e o pátio interno, o qual apresentava-se mais elevado em relação à cota geral do entorno” (Marques 2005: 107).

As estruturas evidenciadas, mesmo com a perturbação resultante das diversas modificações, indicam os fundamentos definidores da edificação ainda no século XVII, portanto, na sua segunda etapa construtiva, relativos ao corredor e aposentos voltados para a fortificação.

### “PERFEIÇÃO DOS RETÁBULOS E PÚLPITOS”

A terceira etapa da edificação dos jesuítas não possui data registrada na documentação primária (Leite 1945a, Martins 2009). Até a segunda etapa, vê-se que a igreja ainda não era de pedra e cal, além de não possuir os retábulos nas capelas (Martins 2009). As obras do tempo de Bettendorff são vistas como reformas de base, apesar de já terem delineado a conformação do traço definitivo do complexo (Martins 2009), anunciando o “monumentalismo da Santo Alexandre que abre os setecentos como representação volumétrica, socialmente falando, de um tempo de plena afirmação colonial”, síntese material do enriquecimento

da Companhia e de seu poderio político (Coelho & Coelho 2005:13-14).

Argumenta Martins (2009) pela aceleração dos trabalhos nas obras de Belém após a inauguração da Igreja e Colégio de São Luis, no Maranhão. Além disso, os elementos internos do templo de São Francisco Xavier (púlpitos, altar-mor, retábulo, capelas laterais), bem como a produção da imaginária foram constantes em fins do século XVII e, mais ainda, na primeira metade do XVIII (Le Bihan 2005, Leite 1945a, Martins 2009).

No que diz respeito a estes últimos, afirma Martins (2009) que a chegada, em 1704, do padre escultor João Xavier Traer, criador e chefe (1704-1737) das oficinas do Colégio de Belém, impulsionou o andamento das obras. A partir do século XVIII, Belém foi um dos polos de difusão de modelos artísticos ao norte da América Portuguesa, papel que São Luis já desempenhava desde o século anterior (Martins 2009). A documentação referente ao século XVIII faz alusão, essencialmente, aos acréscimos na ornamentação interior da igreja, mas sabe-se que as reformas no edifício do complexo foram constantes (Figura 3).



Figura 3 – Nave da Igreja de São Francisco Xavier. Foto: Rhuan Lopes (2012).

No Catálogo de Santo Alexandre (Martins 2009:90-199)<sup>8</sup>, datado de 1720, descreve-se o Colégio “em figura quadrada” e “sitio na melhor parte da cidade e sobre Praça e mar, que também é a fortaleza de uma formosa Igreja em que as bandeiras despregadas, contra vícios mostram seus filhos o valor dos Jesuítas” (Martins 2009:190).

Há, quanto às reformas, menção a elevação aos “muros da cerca”, erigidos em pedra e cal “de novo”, ou seja, o muro anterior constituía-se em outro material construtivo: “Nestes muros se fez uma casa por modo de torre com seu frontispício, com um meio corpo de grades que serve para os Passos Públicos da Cidade, e tem um bem pintado painel da Coroação de Nossa Senhora” (Martins 2009:190).

O Catálogo de Santo Alexandre descreve, essencialmente, as posses materiais do Colégio, incluindo o aparato artístico da igreja e as dimensões do complexo. Além disso, também importante para esse artigo, é a referência aos usos dos espaços internos

do Colégio. A sacristia tem sua posição explicada à “ilharga da capela-mór parte do poente” (à direita do altar) para “ficarem os ornamentos mais guardados das umidades, dos tempos e roubos” (Martins 2009:191).

Da sacristia, podia-se sair para os outros ambientes da Igreja e do Colégio e toda ela possuía também uma ornamentação particular. No andar superior, acima da sacristia e com as mesmas dimensões, é descrita a capela de São Borja, utilizada internamente pelos padres. Na entrada que dava para o Colégio, havia duas tribunas para à capela-mór e três janelas pra o pátio. Dedicada a São Borja, a capela possuía retábulo com a imagem do seu orago, assim como, uma antessala no corredor era decorada com “painéis antigos” (Martins 2009:192). Para além desses elementos, toda a capela possuía rica ornamentação.

Já a livreria do Colégio, localizada no corredor voltado ao poente e em uma área mais reservada, era formada por dois cubí-

culos, com janelas; além dos volumes das obras, o lugar recebeu no frontispício da porta a inscrição do nome Jesus em talha e a imagem de uma “Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços, e este dito aos pés, Sedes Sapientiae” (Martins 2009:193).

Abaixo da livraria, um cubículo era utilizado como depósito para receber os pertences dos padres em viagem para o sertão amazônico. Menciona o Catálogo que a rouparia e botica se acham juntas, mas não as localizam no complexo arquitetônico, assim como a despensa, o refeitório, cozinha e oficinas.

As descrições apresentadas sobre a construção do Colégio e Igreja dos jesuítas em Belém, guardadas as ressalvas, indicam semelhança com o modelo proposto por Najjar (2011), como salientei anteriormente. Em linhas gerais, a analogia se dá pelas etapas da construção, tendo em vista também os usos do prédio, pelos padres ou por outros agentes após a expulsão dos inacianos.

A primeira edificação, na Campina, possuía um caráter provisório e, entendo, está relacionada à fase da casa comunal descrita por Najjar (2011) para o primeiro período da ocupação dos padres. Nesse momento, a edificação da Campina desenvolveu as atividades que lhe eram típicas, considerando os relatos de Bettendorff (1990[1698]) e Morais (1860[1759]), apesar da sua curta duração. Já a arquitetura do prédio, mesmo não sendo bem descrita, indica o não interesse dos religiosos em permanecer no local, contudo, a ausência de descrição pormenorizada dessa primitiva construção, aliás, é outro indício da sua transitoriedade dentro do projeto dos integrantes da Ordem de Santo Inácio.

O sítio definitivo é detalhado na obra do Colégio, para o prédio da Campina há ênfase na sua simplicidade e aos aspectos

físicos do seu em torno, caracterizando a paisagem como angustiante por estar “para as bandas do mato” e ser insalubre, inadequada à ereção do Colégio.

A etapa seguinte da construção jesuíta em Belém coincide com o processo do segundo momento observado por Najjar (2011). Se na primeira edificação na Campina já havia ao lado da pequena casa coberta de palha uma “capelinha” (Morais 1860[1759]: 297), foi apenas na Cidade que a Igreja com orago foi erguida, somando a isso os outros elementos básicos do complexo arquitetônico, como a sacristia e cerca, fechando-se o pátio paulatinamente. A partir de então, os jesuítas no Pará fizeram constantes obras para a elevação das paredes do Colégio e igreja, havendo controle sobre os espaços internos do prédio, bem como cuidado com a ornamentação do templo.

Salienta-se que a igreja tem papel de destaque, posto que mesmo que fosse simples ao início dessa fase, incorpora o discurso hierarquizante que distinguia o sagrado e o profano em sua espacialidade (Najjar 2011), o que pode ser percebido na fase seguinte do complexo jesuítico em Belém, quando a Igreja de São Francisco Xavier ganhou gradativamente sua ornamentação barroca. Segundo a proposição de Hoornaert (1997), a organização das igrejas coloniais se deu em função do altar, com lugares específicos para os segmentos sociais frequentadores dos templos: mulheres e homens livres, separados dos escravizados, além da posição destacada dos clérigos condutores do culto.

Pelo conjunto discursivo que integra o Colégio e por ser a principal parte do complexo arquitetônico em que a circulação de pessoas era maior, a Igreja de São Francisco Xavier é o elemento que se destaca pela ornamentação e partido. Ao longo das fases construtivas, os padres inseriram no

templo elementos de veneração que, além da organização espacial sem a nave única e capelas laterais até 1669, garantiam a divulgação da fé cristã, via imaginário barroco.

Quando da última fase da Igreja, observa-se no seu traço a tradição jesuítica, fiel aos modelos europeus (Le Bihan 2005). Segundo Santos (1951), havia determinação dos Superiores jesuítas em Roma de que as igrejas possuísem uma só nave, tal qual a igreja de Gesù, na Itália. Esse foi um modelo decorrente das táticas da Contra Reforma, que objetivava abrigar grande número de fiéis, já que o prédio deveria ser amplo, diferente do estilo medieval de igrejas com três naves. Sinteticamente, o partido da planta consistia na nave única, o arco-cruzeiro robusto que dava acesso à capela-mor, o coro junto à porta de entrada e os púlpitos, nas paredes da nave (Le Bihan 2005). Desse modo, vê-se em São Francisco Xavier a incorporação do discurso jesuítico ao percorrer-se seu conjunto.

Se pensarmos na última fase da Igreja de São Francisco Xavier, foi nessa etapa que a ornamentação definitiva foi se delineando paulatinamente: a fachada, a talha na nave e na sacristia e a pintura do forro da sacristia (Le Bihan 2005). Há, nesse sentido, indicação da oposição entre a austeridade

da fachada e a suntuosidade da decoração interna (Costa 1997[1941], Le Bihan 2005, Martins 2009).

No Catálogo do Colégio (Martins 2009) é efetuada a descrição da fachada com frontispício ladeado pelas duas torres e seus respectivos sinos e com a cruz de jaspe, sobre a cornija mestra 3 ninchos com as imagens dos Padres Inácio, Xavier e Borja, tem-se janelas nos andares superiores, alinhadas às portas principais – dois andares de janelas rasgadas com suas grades em correspondência das portas.

De acordo com Le Bihan (2005), a fachada tem características do barroco, com elementos que indicam movimentos e emprego de curvas e contra-curvas, terminando com jogo de volutas. As cinco janelas conjugadas às três portas, indicadas na descrição do Catálogo, são “trabalhadas em pedra de lioz e emolduradas com frontão, na tentativa de equilibrar cheios e vazios” (Le Bihan 2005:60). Acrescenta este pesquisador a tônica do barroco na Igreja repousa “sobre a rigidez da empena, que estabiliza o conjunto, e sobre a própria compartimentação da fachada, que compreende divisões verticais, separadas entre si por pilastras e divisões horizontais, separadas entre si por cimalthas” (Le Bihan 2005:60) (Figura 4).



Figura 4 - Fachada da Igreja de São Francisco Xavier, da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, século XVIII. (Adaptado de Coelho e Coelho 2005:15).

Segundo Santos (1951), é na ornamentação interna que o “espírito” jesuítico se manifesta em sua totalidade, já que era nesse espaço que se empregavam as técnicas da imaginária barroca que em Belém tomou traços particulares dado emprego de artífices indígenas na sua produção (Martins 2009).

Para Le Bihan (2005), o retábulo da capela-mor é dominante na nave da Igreja, conjugando o impacto visual com os púlpitos e as capelas laterais (Figura 3). A harmonia entre os eixos arquitetônico e estatuário provoca um jogo harmonioso, porém “grandiloqüente que, pela sua presença dramática, domina, impressiona e invade o espectador” (Le Bihan 2005:62). O Inventário da Igreja e Colégio do Pará de 1760 (Martins 2009)<sup>9</sup> descreve a ornamentação do templo com seus “9 altares com seus retabulos todos dourados, excepto o de S[ão] Bartholomeu”; a capela-mor “com seu retabulos g[ra]nde a moderna, e camarim tudo dourado”. Segundo Le Bihan (2005), os elementos decorativos do retábulo da capela-mor são representativos do estilo D. João V.

Quanto aos púlpitos, também de estilo D. João V, o dramatismo barroco e a relação entre os eixos arquitetônico e estatuário são de iguais referências ao do retábulo (Le Bihan 2005). Os dois púlpitos “são simétricos, talhados em madeira, compostos de base, centro e coroamento” (Martins 2009:422), enriquecidos com figuras que apontam “para a idéia do triunfo da doutrina cristã, difundida pela palavra do pregador” (Oliveira 2005:80). Os aspectos de ornamentação vinculados à arquitetura do prédio faziam composição com as imagens sacras localizadas nos altares laterais e na capela-mor.

A acentuada diferença de suntuosidade entre a decoração do interior da Igreja e a da sua fachada não deve ser pensada como

fatores oposto, dentro de uma perspectiva integrada entre ambos os aspectos. Se o prédio alcançou volumetria significativa na paisagem de Belém, “rivalizando” com a Igreja da Sé depois de pronta, os elementos decorativos externos mais singelos, todavia, levam à acentuação do impacto do discurso barroco – teatral e dramático – dos ornamentos interiores ao templo.

Retomando a cronologia do fechamento da quadra, em comparação com a proposição de Najjar (2011), ele ocorreu desde a segunda etapa da edificação de Belém, com a elevação das paredes – muros – nos espaços demarcados pela cerca. Para o caso estudado por Najjar (2011), essa é a terceira etapa evolutiva das edificações, mas para Belém desde a segunda etapa, seguindo a cronologia de Martins (2009), tem-se o fechamento gradual da quadra com as alas do Colégio e com a Igreja.

Nesse caso, o erguimento das paredes durou até a terceira e última etapa do complexo arquitetônico em Belém, mesmo que, no século XVII, as linhas essenciais da edificação já estivessem definidas. Somma-se a isso a crescente ornamentação da Igreja, sistematizada na primeira metade do século XVIII (Martins 2009).

O último momento proposto por Najjar (2011) refere-se ao período posterior à expulsão dos padres inacianos do Brasil, com as transformações nas funções das residências ou ainda as modificações no programa construtivo, o que apresentarei em outra seção deste texto.

O quadro geral da construção do edifício dos padres inacianos na capital do Grão-Pará constituiu a sua incorporação volumétrica na paisagem de Belém, firmando-se como ponto de referência e contribuindo para o processo dinâmico de sua construção contínua. Como se pode verificar nas narrativas dos padres Betten-



dorff e Morais, havia a intenção de organização do espaço do Colégio de acordo com as funções em que cada um deles deveria desenvolver, todavia, depreendo que tal disposição incorpora em si a cosmologia jesuítica, na medida em que condiciona a circulação e uso social dos espaços.

A falta de plantas baixas das várias etapas da edificação dificulta a análise do nível de integração e complexidade dessas compartimentações dentro do contexto geral do complexo, tal como é proposto por Hillier & Hanson (1984). Contudo, acredito que as fontes históricas selecionadas para esse trabalho demonstram preocupações com partes específicas do prédio, enfatizando descrições mais pormenorizadas de algumas delas, o que me parece evidenciar a maior importância que elas desempenhavam.

Como exemplo, indico as informações contidas no Catálogo de Santo Alexandre (Martins 2009) e nas crônicas dos padres Bettendorff e Morais, nas quais se observa que alguns espaços do andar superior do Colégio são destinados aos usos mais reservados, que permitem e/ou exigem um estado absorto ao usuário, como os cubículos dos padres, a biblioteca e a capela doméstica. No nível inferior, havia os recintos destinados à guarda de material, oficinas, casas dos serviçais, cozinha, rouparia, botica e aos armazéns, mesmo não havendo especificação da localização de todos eles. Assim, tal como há uma lógica na disposição de níveis e ornamentações dentro das igrejas (Hoornaert 1997), os recintos do Colégio de Santo Alexandre possuíam diferenciação nesse sentido, como sua própria Igreja.

Sobre os usos desses espaços, proponho algumas inferências. Os cubículos, organizados em uma ala e avizinhandos uns aos outros, eram os lugares de reclusão e descanso dos padres, revestidos de um ar

de simplicidade; a biblioteca era o lugar de concentração para o estudo, hábito estimulado dentro da Companhia de Jesus e as insígnias nela presente demonstram a função do conhecimento ali adquirido: a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus, tendo aos seus pés a inscrição em latim “Sede do Saber” (Sedes Sapientiae) indica que a fonte do saber é divina e a seu cargo deve ser utilizada; a capela doméstica, além de estar em um local de acesso restrito aos padres, situa-se sobre a sacristia, que por sua vez é o espaço símbolo do útero de Maria, do qual o padre se reveste dos signos sagrados para rezar a missa (Hoornaert 1997).

Quanto aos recintos que estavam no pavimento inferior, suas funções eram ligadas à vida prática e estavam imediatamente conectadas com as atividades em que havia maior circulação de pessoas, inclusive não religiosos. Nas fontes pesquisadas, observo o destaque maior para a intenção de se fechar a clausura do Colégio, preocupação que estava no mesmo nível ao da construção e ornamentação da igreja, durante a segunda etapa e transição para a terceira.

Como mencionei anteriormente, o pátio era o recinto que sintetizava o mundo jesuítico; ao que parece, o epicentro do microcosmo desta Ordem: por um lado ele incorpora alguns dos valores dos mosteiros medievais (Costa 1997[1941], Najjar 2011, Sebastian 1994), ao definir um espaço de cultivo, caracterizado por Bettendorff (1990[1698]:268) como potencial “paraisozinho”; por outro lado, a área do pátio tem suas especificidades no mundo jesuítico, posto que sua arquitetura tenha incorporado a dimensão de colonizador que os padres exerceram, especificamente no que diz respeito à disposição mercantil da Ordem.

De uma forma ou de outra, é de se notar que o ambiente do pátio é também um dos

pontos de convergência dos “olhares” de toda a edificação, já que sua centralidade dentro do complexo permitia a sua visualização, através das janelas dos muros do Colégio e da Igreja, por todos os seus quatro lados, em uma disposição do tipo modelo panótico (Foucault 1979).

Assim, sendo uma zona de circulação, o pátio representa uma das máximas jesuíticas: a da vigilância que os padres deveriam ter das atividades um dos outros; daí andarem em dupla e fornecerem informações constantes de suas ações (Eisenberg 2000).

## PAISAGEM DE PODER: O COLÉGIO NA CIDADE

Ingold (2000) afirma que as paisagens são o registro permanentes das sociedades que as criam e as transformam constantemente, deixando desse modo as marcas dos seus habitantes. A relação entre aspectos sociais e físicos do meio, nesse sentido, são os elementos essenciais da constituição dinâmica e dialética das paisagens em que os sujeitos agem no intuito de construí-la, mas também são construídos por ela (Crumley & Marquardt 1990, Nichole 2009, Orser Jr. 2006).

A construção do Colégio e igreja dos jesuítas em Belém é aqui entendida dentro dessa perspectiva teórica, na medida em que seu processo construtivo apresenta marcas da concepção ideológica da Ordem de São francisco Xavier, associadas às características locais; há, dessa forma, a materialização de ideologias na arquitetura (Zarankin & Niro 2010), em busca pela manutenção da ordem social (Althusser 2007), devido o prédio ter sido pensado para a sujeição simbólica dos agentes que estão imersos em seus ambientes. De forma associada, a edificação se impõe enquanto discurso na paisagem urbana de Belém, estendendo-se

nesse sentido até os tempos atuais, relacionando-se contextualmente com seu tempo e cultura (Souza 1995).

Nesta seção demonstro como o complexo aqui estudado se inseriu nessa dinâmica, transformando-se em um dos pontos de referência no quadro da urbe. Como salientei anteriormente, a escolha do terreno é o princípio da materialização do discurso arquitetônico da Companhia de Jesus.

Nesse sentido, o jogo de adjetivações efetuado pelos padres em que o bairro da Campina era colocado em uma posição inferior ao da Cidade, em uma tentativa de esclarecer que este último era mais adequado ao desenvolvimento das atividades do Colégio, torna evidente que os inicianos perceberam o discurso urbano da Belém dos seiscentos, que mesmo ainda com a aparência rústica e com suas ruas enlameadas (Bettendorff 1990[1698], Azevedo 1999[1901]), já apresentava hierarquização dos seus espaços, definida pelos usos diferenciados destes.

Como já destaquei, o bairro da Cidade era o centro político de Belém, comportando no século XVII as principais instituições administrativas, militares e religiosas (Araujo 1998). Por isso, as condições práticas para a construção do Colégio e Igreja dos Jesuítas no bairro da Cidade deviam ser levadas em consideração, bem como a possível disponibilidade de terrenos com as dimensões necessárias para a obra. Sobre o primeiro aspecto, é de se considerar que a área onde surgiu Belém era um ponto elevado na topografia, sem as características pantanosas do seu entorno, tal como descrevem os padres Bettendorff (1990[1698]) e Morais (1860[1759]).

Tais atributos, inclusive, foram considerados na escolha do lugar da fundação da cidade (Araujo 1998). Na Campina, as condições não eram semelhantes, já que era

constituída por terreno de várzea, sendo sua denominação uma alusão a sua própria caracterização geográfica (Araujo 1998)<sup>10</sup>.

Meira Filho (1976) descreve esses dois bairros no ano da chegada dos jesuítas, relacionando aspectos físicos da topografia com as construções e traçados das ruas. Na Cidade, havia as instalações da Igreja Matriz, a capela de São João, o convento dos Carmelitas, a capela do Rosário, o Colégio dos jesuítas, a casa do governador, a Casa de Câmara e a capela de Santo cristo, o Forte do Presépio;

“as primeiras ruas e travessas, os primeiros largos e a descida para o Piri, próximo ao forte, na ilharga do colégio pouco antes da Capela do Santo Cristo e da casa da Alfândega. Aí havia a passagem sobre o igarapé, uma ponte de pau-a-pique; vinha, após, o Portão, para noroeste, entrada que galgava a muralha e atingia a oitaria do colégio dos jesuítas, dando acesso à cidade” (Meira Filho 1976:335).

Já a Campina se diferenciava da Cidade pelo canal do Piri “em toda a sua extensão norte-sul, até um certo ponto e daí, na orientação leste-oeste, até alcançar as margens do Guamá” (Meira Filho 1976: 335). Segundo esse autor, foi a Campina a principal área de expansão de Belém, balizada pelas instalações religiosas. Afirma ainda que “[p]ela sua situação topográfica, pela sua natureza e extensão, o novo bairro da cidade, atraía a atenção e o interesse da população que vivia desejosa de afastar-se das proximidades do Forte e tomar outros ares nos arredores da colônia” (Meira Filho 1976:336).

Necessariamente, dentro do perímetro urbano apenas os dois bairros de Belém poderiam receber construções, já que eram neles que se resumia a expansão da cidade

(Araujo 1998). Para a Campina, em 1653, já havia prédios que demarcavam os limites da urbe, como os conventos dos Padres Capuchos (1626) e o dos religiosos de Nossa Senhora das Mercês (1640), além da Igreja de Santa Luzia (1650), pertencente à Santa Casa da Misericórdia (Araujo 1998).

Em análise do mapa de 1640<sup>11</sup> (Figura 1), com data mais antiga para Belém, observa-se maior disponibilidade de áreas não ocupadas na Campina, em oposição à ocupação mais sistemática da Cidade. No mesmo mapa, vê-se que ao lado do Forte do Presépio havia um espaço vago, sendo pouca a disponibilidade de terrenos nessa região. Tal área ao lado da fortificação era de propriedade de Gaspar Cardoso e Joana Mello, como menciona Bettendorff (1990[1698]), e apenas recebeu uma construção em virtude da mudança dos padres de Santo Inácio para o local (Bettendorff 1990[1698]).

Dessa forma, considero dois aspectos relevantes para entender a escolha política dos jesuítas para o local do Colégio: 1) havia maior disponibilidade de terrenos na Campina, ao ponto dos padres receberem um por doação e, mesmo com condições geográficas diferentes da Cidade, existia a possibilidade do bairro receber construções, tal como as que já existiam na chegada de João de Souto Maior e as posteriores a essa data; 2) o terreno ao lado do Forte foi adquirido via compra e, como era de praxe, pediu-se autorização da Câmara para o início das obras, havendo constantes reclamações por parte desta instituição e dos militares da fortificação por conta dos problemas advindos da presença da construção vizinha ao principal baluarte defensivo da cidade.

Essas são duas observações relevantes, visto que evidenciam as razões da escolha dos padres para a fundação de sua edificação definitiva. Sobre a primeira questão,

entendo que a Campina não era interessante para os padres, tanto pelos motivos que eles deliberadamente alegam em seus escritos, quanto por questões que parecem estar ligadas à concepção da própria Ordem jesuítica – algumas das quais citei nesse trabalho.

Bettendorff e Morais dão ênfase à insalubridade do lugar e de sua proximidade com as “bandas do mato”, em uma parte mais retirada do conjunto urbano. Essas são duas razões indicadas como pragmáticas para o impedimento da edificação do Colégio, dado que dificultaria o desenvolvimento de suas atividades. Seguindo a leitura dos fatores de ordem prática, observo que provavelmente o terreno na Campina também não parecia ter acesso ao rio, principal via de circulação da época, o que dificultaria as práticas econômicas da Companhia de Jesus no Grão-Pará.

Há referência, na primeira metade do século XVIII, da existência de uma espécie de porto anexo ao Colégio na Cidade. O cientista francês La Condamine (2000[1745]:111) afirma ter aportado “a uma habitação dependente do colégio dos padres jesuítas” quando chega à Belém, tendo sido hospedado inicialmente junto aos inicianos. Lembremos que era a partir do Colégio que os bens da Ordem eram administrados e essa estrutura portuária, não somente ela, serviu provavelmente para o escoamento dos produtos estocados nos armazéns do Colégio, bem como para o recebimento deles, além de servir como ponto de partida e chegada das atividades dos religiosos no sertão amazônico.

Considerando a segunda questão, relativa à proximidade com a fortificação, foram constantes as oposições que argumentavam pelo impedimento da linha de tiro do Forte do Presépio gerado pelo Colégio<sup>12</sup>, o que foi finalizado pela decisão da rainha regente quando decidiu pela permanência

dos padres no lugar (Morais 1860[1759]). Mesmo levando em conta a dimensão política de tal embate (Araujo 1998), a construção de edificações às proximidades de fortificações parece ter sido uma preocupação desse período.

Outra alusão ao assunto encontra-se no documento de 1707, em que o rei português manda verificar se o prédio de certo “Concelho (...) não offende a defesa” de uma fortaleza que se pretendia construir no Pará<sup>13</sup>. De todo modo, os jesuítas não recuaram da ideia de erguer sua edificação, mesmo com as disposições em contrário de parte dos moradores representados na Câmara.

O Colégio, então, com o seu definitivo estabelecimento no “verdadeiro núcleo urbano, desenvolvido à volta do forte” (Araujo 1998:85), inseriu-se na paisagem de poder já estabelecida do ponto de vista simbólico, associando-se com outras construções: a Casa de Câmara<sup>14</sup>, o Palácio do Governo e a primeira fortificação, o Forte do Presépio; na mesma área onde foi instalada a Sé<sup>15</sup>, na primeira igreja – matriz – de Belém, construída ainda em 1616 dentro do Forte e depois transferida para o Largo do Pelourinho, de frente para a dita fortaleza.

Assim, vê-se a importância política do lugar, tanto por ser lá o ponto de surgimento e organização da cidade, como por constatar nessa parte mais antiga os principais centros de mando no mundo colonial, já que os edifícios administrativos e a igreja matriz eram erigidos na praça principal da cidade ou vila (Albuquerque & Lucena 2010).

Nos mapas do século XVIII, fica evidente que a edificação jesuítica estava inserida em um ponto nodal da Belém colonial. A “Planta Geométrica...” (1753) (Figura 5) desenhada quando Belém já estava com

a malha urbana estabelecida – dentro dos limites e diretrizes firmados no século anterior (Araujo 1998) – mostra que o Largo do Pelourinho, área de circulação e concentração, era zona de conversão, onde desemborcavam as ruas alinhadas a partir da Fortificação e, ainda, uma das principais visões do transeunte que se deslocava da Campina para a Cidade.

O Colégio, assim, inseria-se exatamente nesse eixo, confundindo-se junto ao Forte do Presépio como centro de irradiação da urbe. Ressalto, todavia, que o Colégio somente toma contornos monumentais em

fins do século XVII ou início do XVIII, quando sua volumetria grandiosa e fachada imponente o tornam destaque volumétrico na paisagem (Figura 4), ao passo que o mundo colonial se firma; contudo, considero que dentro do discurso jesuítico, a localização da edificação adquire *status* de destaque na malha urbana desde sua fundação. Analogamente, a cidade possui os elementos da concepção barroca de simetria e direcionamento do olhar, como é proposto por Leone & Hurry (1998) para os casos estudados nos Estados Unidos.



Figura 5 – “Planta Geométrica da Cidade de Belém do Gram Pará” (1753). Localização dos prédios no século XVIII: 1) Convento dos Mercedários, em suas proximidades foi construído primeiro abrigo dos jesuítas em 1653; 2) Cadeia (Câmara?); 3) Colégio e Igreja dos Jesuítas; 4) Forte do Presépio; 5) Palácio dos Governadores e 6) Igreja da Sé (antiga Igreja Matriz). Fonte: Biblioteca Nacional.

Tendo em vista os mapas e prospectos que apresento nesse texto, é possível observar que a conformação das ruas dirigem-se todas para o núcleo inicial, representado pelo Forte do Presépio, mas também pela praça – largo – que está diante dele (Figura 5). No bairro da Cidade, como já foi destacado, as principais ruas foram dispostas de acordo com uma disposição radial que teve a primeira fortificação como ponto de dispersão, já os logradouros arteriais da Campina se direcionam também para a Cidade. Em ambos os bairros, há áreas de “deságue” das vias estreitas – os largos que costumemente são ladeados por igrejas.

Essa configuração gera impacto ao passante que, ao transitar pelas ruas acanhadas, depara-se com um espaço amplo, referenciado arquitetonicamente por edificações influentes como elementos direcionadores da ordenação urbana.

Para o bairro da Cidade, de acordo com a “Planta Geometrica” (1753), o largo de maior destaque é justamente o que está à frente do Forte, da Igreja da Sé, da capela de Santo Cristo e do Colégio e Igreja dos jesuítas. A volumetria dessa praça espaçosa, segundo Bettendorff (1990[1698]), foi modificada constantemente. Se na “Planta Geral” de 1640 (Figura 1), as quadras formadas pelas edificações deixam um espaço mais amplo nesse largo, no início da segunda metade do século seguinte, é verificável uma quadra entre a Rua do Norte e a Sé, o que não é observável nas imagens posteriores. Permanecem, todavia, as edificações vinculadas ao poder religioso ou governamental, incluindo a casa em frente ao Forte transformada em Hospital Real – atual Casa das Onze Janelas.

Nos anos iniciais de Belém não havia monumentalidade nas edificações, inclusive a dos jesuítas, porém, já era possível observar as diferenças hierárquicas entre os dois bairros (Meira Filho 1976, Araujo 1998).

Todavia, com o desenvolvimento arquitetônico da cidade, o discurso barroco foi se materializando, seja pelo traçado das ruas e largos, balizado principalmente por prédios religiosos, seja pelas outras edificações civis e governamentais.

No caso do complexo jesuítico, sua monumentalidade pensada desde os projetos iniciais, se comparado com outros casos (Custódio 2002, Alcalá 2012, Ceballos 2012), inseriu-se na paisagem não só em termos de volumetria e de sua fachada, mas na própria decoração interna da sua Igreja. O fiel que se deslocava pelos logradouros estreitos da urbe, deparava-se não apenas com o impacto das praças amplas, mas ao adentrar no templo, deslumbrava-se com a magnificência que o direcionava o olhar para o poder de Deus, tendo em vista o jogo entre elementos da ornamentação e a arquitetura do lugar. Claro que isso ocorreu particularmente quando a São Francisco Xavier estava em seu auge, mas ela foi desde as etapas anteriores uma referência nesse sentido.

Utilizando ainda as imagens produzidas nos setecentos, o “Prospecto da Cidade de Bellem...” (1756) evidencia o destaque que o complexo jesuítico possuía na paisagem, tendo em vista a já completude da sua volumetria (Figura 6). Ele acabou por compor, dentro do quadro geral, o discurso de “cidade-marítima” que, de acordo com Araujo (1998), fazia parte do imaginário urbanístico do século XVIII, no qual a apreciação da cidade a partir do rio – ou mar – propiciava referências às cidades ideais renascentistas, cidades-ícones.

A elaboração de prospectos e vistas, nessa centúria, fez reforçar essa visão sobre Belém, com ruas alinhadas e prédios harmonicamente dispostos ao longo desses logradouros (Araujo 1998) e, acrescento, a visão do complexo arquitetônico da Companhia de Jesus é referência constante nessas imagens.



Figura 6 – “Prospecto da Cidade de Bellem, do Estado do Gran Para”, Schwebel (1756). Fonte: Biblioteca Nacional. Destaque para o complexo arquitetônico dos jesuítas. Edição: Evandro Paixão.

Se o discurso impresso nos prospectos e plantas da cidade é, em última instância, representações formais da materialidade, feitos quase sempre a pedido oficial dos governadores e com funções práticas – militares, por exemplo – há de se referir às percepções dos sujeitos que habitam o lugar representado geometricamente nas imagens acadêmicas.

Certeau (1998) argumenta que a percepção das pessoas na cidade é a sua principal forma de orientação e localização entre as ruas e prédios, logo, trata-se de, a partir da experiência própria dos indivíduos, referir-se espacialmente aos locais da urbe sem necessariamente precisar de um mapa e a despeito da organização geométrica dos logradouros. Nas fontes por mim elencadas, é perceptível a função do Colégio como ponto de referência nas descrições de Belém, ao lado de outros prédios que serviam como baliza para o traço da cidade.

A descrição de Bettendorff, para iniciar com as dos próprios jesuítas, resume bem a percepção a partir das edificações. Apesar de longo, é relevante citar todo o trecho:

“divide-se a Cidade em duas partes,

uma para a banda do Sul em sitio um pouco mais alto, e esta se chama Cidade, outra, em sitio um tanto mais baixo, se chama Campina. Para a banda do Norte, bem no principio da Cidade, onde chamam portão os antigos, está o Collegio de Santo Alexandre dos Padres da Companhia de Jesus, virado com a portaria para apraça assaz espaçosa. Della se reparte, Norte para o Sul, em quatro ruas principaes, e de Leste a Oeste em outras tantas que atravessam as primeiras, está o Collegio no principio da terceira, tem a matriz defronte, no cabo da praça para o Sul, entre a segunda e a terceira rua; no principio da primeira que está ao Norte, e corre Norte ao Sul, está a Fortaleza de taipa de pilão, sobre um alto de pedras, edificada em quatro, com suas peças de artilharia ao redor, tem o rio bem largo e fundo para Oeste e no mais cercada de muito poço secco. Correndo do Norte para o Sul pela primeira rua, ocorre logo a ermida de Santo Christo, mais adeante Nossa Senhora do Carmo, sito bem sobre o rio; indo da mesma fortaleza, Norte e Sul, pela

segunda rua logo se oferece em a praça a Casa de Camara. Pela terceira rua adiante, dá-se em cabo com o Carmo novo que se vai fazendo, na ultima rua que atravessa a ermida de S. João, de Leste a Oeste, e de lá de Leste para Oeste, pela primeira rua que se atravessa, se dá com o Palacio do Governador, assz grandioso se fora de oedra e cal, e não de taipa de pilão. A parte que se chama campina se reparte pelo mesmo modo, pouco mais ou menos, em ruas direitas e travessas. *A primeira vai do Collegio para o Norte tem legoa e meia, armazém d’el Rey, e depois, pelo meio, o convento de Nossa Senhora das Mercês sito bem sobre o rio. A segunda tem a campina e depois, á mão esquerda, a Misericórdia, lá muito adiante e ao cabo de tudo está Santo Antonio. As ruas e travessas não tem nada de consideração digno de se relatar sinão a Misericórdia* que pela banda do Norte tem, uma.....de lá ou pouco menos, a bella ermida de S. José” (Bettendorff 1990[1698]: 22-23 – itálicos meus).

Já o padre José de Moraes, ao fazer referência à escolha do terreno para a fundação de Belém, diz que

“Subio finalmente até o lugar, onde se acha hoje formada a cidade do Grão-Pará. E vendo huma dilatada enseada, que cada vez mais de ia levantando, até acabar na ponta em que está fundado o Collegio da Companhia, apezar da opposição de alguns babaros que provoavão a terra, agradado das conveniencias do sitio deu fundo no mesmo lugar que serve hoje de ancoradouro aos navios do Reino” (Moraes 1860[1759]:186).

Na descrição de Bettendorff, nota-se que a importância das ruas da cidade se resume aos prédios que possui, sendo que o Colégio dos jesuítas é mencionado duas vezes em sua posição de destaque no quadro urbano. Em Moraes, o dito prédio é a única alusão ao local de escolha da fundação da cidade, associando esse fato à própria seleção do sítio para a construção do Colégio. Porém, desses relatos, que demonstram uma forma de percepção do cotidiano urbano, pode-se supor que a proeminência dada ao prédio jesuítico ocorre em função da deliberada manipulação dos padres autores – o que não pode ser desconsiderado. Por isso, é necessário apresentar outra alusão à disposição de Belém, que segue um percurso semelhante. Bernardo de Berredo, governador do estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1718 e 1721, delinea a cidade da seguinte maneira:

“A Cidade de Nossa Senhora de Belém é a capital Povoação da Capitania do Grão Pará, e a principal do comércio do Estado. Tem mais de quinhentos vizinhos de luzido trato: Igreja Episcopal novamente ereta, e além de outras as de um Colégio da Companhia de Jesus; e quatro Conventos de Religiosos, de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Mercenários Calçados, e de Capuchos de Santo Antônio, e da Piedade.” (Berredo 1905[1749]:15).

Entendo que tais descrições, apesar de não partirem de narrativas pormenorizadas de momentos do cotidiano, são alusivas às formas como a cidade era vista e vivenciada, tendo como referências edificações que localizavam o traçado urbano. Os templos religiosos eram, desse modo, o principal apontador no deslocamento pelas ruas de Belém. Levando em conta a inserção do Colégio e Igreja dos jesuítas nesse quadro geral, considero que sua posição em um



eixo central os coloca em um destaque privilegiado. O complexo arquitetônico se incorporou ao discurso urbanístico e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma relação dialética ao impor seu próprio discurso ideológico.

### “O SAGRADO SEM CULTO”

Para Najjar (2011), o estudo da ocupação jesuítica deve considerar também o período pós-expulsão da Ordem do Brasil, tendo em vista que o objeto da Arqueologia é a edificação e que ela incorpora materialmente os vários períodos em que sua forma e função foram modificadas. O momento imediatamente após a retirada dos padres é destacado por Najjar (2011), por ainda haver forte relação com a presença inaciana e pelas modificações que materializam a presença da Coroa portuguesa, com a instalação de instituições não religiosas na residência e gerenciamento da igreja efetuado por padres regulares ou de outras ordens.

Tem-se, com isso, a modificação da função social do complexo arquitetônico, devido à incorporação de outros elementos que influenciam no jogo dialético de criar e ser criado pelas pessoas que com ele dialogam (Tilley 1999, Zarankin 2001, 2008, Borrazás, Rotea & Vila 2002, Najjar 2011).

Desde o início dos conflitos finais que confluíram para a expulsão dos jesuítas em 1759, o Colégio dos padres foi associado ao poderio econômico da Ordem, essencialmente pelos bens que administrava, mas também pelos produtos que armazenava em seus espaços e mesmo dos terrenos de sua propriedade.

Em carta para o Reino, em 1751, o então governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, referendou que era “um fato notório que dentro deste

colégio há uns grandes armazéns em que se recolhem todas as drogas que os ditos religiosos extraem destes sertões” (Furtado 1751, citado por Mendonça 2005:155). Já em 1754, o governador relatou que dentre as várias propriedades dos religiosos em todo o estado, “[p]ossui também este colégio algumas moradas de casas nesta cidade, e algumas delas das melhores que aqui há” (Furtado 1754, citado por Mendonça 2005:99).

Novamente nesse período, os discípulos de Santo Inácio entraram em outra peleja por conta da intenção de construção de um de seus prédios, mas agora o conflito foi por conta da proximidade com o palácio de governo, no bairro da Cidade. Segundo Mendonça Furtado, os religiosos já possuíam casa em frente à residência dos governadores, além de “uns chãos devolutos” às proximidades do Colégio. De acordo com o governador, os padres desejavam adquirir mais terrenos, contíguos a este último, para a construção do seminário, por isso, Furtado afirma que se isso ocorrer, o prédio onde reside sofrerá redução no valor, não havendo mais espaços na cidade para a construção de regimento militar (Furtado 1752, citado por Mendonça 2005:223-224).

A despeito de quase um século depois do conflito inicial pela instalação do Colégio, essa controvérsia também se revestiu de aspectos políticos, mas deixa transparecer a situação urbana de Belém no que diz respeito à disponibilidade e uso dos seus terrenos. Havia nesse caso o interesse do governador em criar uma praça militar no mesmo local, o que seria dificultado com a presença do Seminário.

De todo modo, considerando que os padres realmente detinham tais terrenos e casas na cidade, tal como é mencionado ainda por Bettendorff em 1671<sup>16</sup>, é relevante notar que Mendonça Furtado indica

o perigo da expansão das edificações dos padres no bairro da Cidade e próximo ao seu palácio, argumentando que em outros lugares há disponibilidade de terrenos para a construção do Seminário.

Após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, o complexo arquitetônico passou paulatinamente por diferentes modificações, primeiro em sua função e depois no seu traço.

Em 1760, o então governador do estado, Manuel Bernardo de Melo e Castro, informou às autoridades em Portugal o estado de abandono da Igreja de São Francisco Xavier, tanto do ponto de vista da arquitetura, quanto dos ornamentos nela presentes. Afirma-se na carta que o Prelado da diocese de Belém havia observado a decadência da edificação e seu aparato religioso, já que não estava com o “necessário assejo, e o sagrado sem o devido culto”<sup>17</sup>.

Propôs-se, então, a destinação de 30 mil réis para a manutenção da Igreja. No ano seguinte, o Colégio, juntamente com a Igreja e seus ornamentos, foi incorporado à mesa episcopal<sup>18</sup>. Importa destacar nesse caso a argumentação relativa à falta adequada de uso da Igreja, tendo em vista o seu abandono para o culto. Apesar disso poder se uma tentativa de convencer a favor da necessidade de transformação do edifício em Seminário Eclesiástico, é de se considerar que o argumento faz alusão a uma preocupação em manter um uso digno ao prédio, detentor de valores religiosos e sagrados que não poderiam ficar sem o “devido culto”. O abandono, dessa maneira, revestia-se de uma semimorte ao templo.

Ainda em 1761, parte do Colégio foi transformado em armazém de armas, desonerando a fazenda real do pagamento de taxas relativas à guarda do material pertencente ao Almoxarifado<sup>19</sup>. A parte da

ala voltada para o Forte do Presépio foi adaptada, com planta efetuada pelo arquiteto Antonio Landi.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas em 1997 verificaram a compatibilidade da planta desenhada por Landi com os antigos espaços do Colégio, além de observar as prospecções dessa correspondência, a partir das fundações e negativos na parede, alusivos ao armazém (Marques 2005). Essa, segundo as informações disponíveis, foi a primeira intervenção na forma do prédio, no sentido de mudança no seu traçado. Todavia, esse tipo de modificação ocorreu de forma constante nos momentos posteriores, como é observável no registro arqueológico (Marques 2005). Somam-se, às estruturas arquitetônicas, outros vestígios materiais, tais como cerâmicas, material de construção, utensílios domésticos, grés, porcelana, vidros, metais, líticos e material orgânico, agrupados segundo matéria-prima (Marques 2005).

As informações advindas da arqueologia quanto às modificações na estrutura do prédio, mesmo que estando restritas a uma parte selecionada para escavação, foram relevantes para a verificação *in loco* do registro escrito (Marques 2005), mas se somadas às análises efetuadas a partir do conceito de paisagem, permitem a contextualização da percepção dos padres ao se inserirem na paisagem colonial de Belém que, por certo, não se manteve estagnada enquanto representação simbólica durante a permanência dos padres no Colégio de Santo Alexandre e Igreja de São Francisco Xavier.

O complexo arquitetônico dos jesuítas, portanto, constitui-se no período colonial como um elemento ímpar na paisagem urbana de Belém, impondo-se enquanto representação do avanço das ideias da Contra Reforma e do mundo mercantil europeu para a Amazônia. Sua volumetria,

associada a sua posição na topografia da cidade, configura a incorporação do discurso colonizador e a síntese do mundo erigido a partir da exploração dos primórdios do capitalismo, associado a doutrina católica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os edifícios são paisagens construídas, imbuídos de significados diversos e inseridos no contexto social e histórico (Zarankin 2001). Eles ajudam a conformar paisagens em escala maior, contribuindo para as superposições dos registros das diferentes sociedades e diversos tempos (Crumley & Marquardt 1990, Ingold 2000, Orser Jr 2006, Nichole 2009). Nesse sentido, a parte mais antiga de Belém comporta elementos dos variados períodos de sua ocupação e os seus remanescentes arquitetônicos são singulares.

A Cidade Velha – antigo bairro da Cidade – foi o centro político de Belém e, por extensão, da Amazônia durante longo período. O Colégio e Igreja dos jesuítas se inseriram na dinâmica do lugar, ajudando a conformá-la enquanto paisagem de poder. Os padres, desde sua chegada, observaram as hierarquias espaciais locais e escolheram seu “melhor sítio”, o que dentro da lógica da Ordem de Santo Inácio era os centros urbanos. Tratou-se primeiramente da seleção da área de destaque, às proximidades das instituições políticas de então, para em seguida, paulatinamente, deter-se na construção volumétrica que sintetiza o poderio jesuítico e, também, colonial na região. Contemporaneamente, a Cidade Velha foi alvo de outra intervenção que, a partir dos interesses ideológicos do governo, teve sua paisagem remodelada para atender as projeções desse grupo (Lopes 2011, 2013).

Longe de ter se tratado dos mesmos significados e intenções, esses dois “momen-

tos” da paisagem de Belém guardam em si a lógica de ocupação política do espaço, em uma tentativa da afirmação de marcas específicas de determinados grupos. Tais marcas, incorporadas na arquitetura e organização do espaço, são a dimensão tangível de discursos reprodutores e construtores de ideologias que, em contextos diferenciados, tentam legitimar segmentos sociais.

Desse modo, a análise aqui proposta buscou inserir em uma perspectiva da paisagem, uma das formas de inserção dos modos de pensar e agir do sistema capitalista. Logo, a arquitetura, enquanto incorporadora de ideologias e discursos de poder, possui e possui uma função particular nesse contexto, dada sua condição de cultura material. A relação dialética que ela tem com seus usuários e construtores, em uma das instâncias possíveis de análise, é um meio de conformar indivíduos e firmar posições de grupos sociais articuladores do poder.

Assim, as sensações de Alfredo ao se deparar com as igrejas da Cidade Velha, que serviram de epígrafe a esse artigo, sintetizam a forma como a arquitetura se impõe diante dos seus criadores e usuários. Silenciosamente, ela diz muito sobre sua função e, mais ainda, suscita, como no personagem de Dalcídio Jurandir (2004[1960]), imagens e percepções que se espriam na paisagem.

## AGRADECIMENTOS

O texto compreende parte da minha dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA), sob orientação do Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques e financiamento da CAPES. Agradeço às considerações dos avaliadores da disserta-

ção que deram origem a esse artigo, Prof. Dr. Luiz Cláudio Symanski, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Bezerra e Prof. Dr. Diogo Costa. Sou grato às traduções dos resumos feitos por Mônica Vieira e Ana Paula Schaan e às leituras críticas da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Denise Pahl Schaan.

## NOTAS

<sup>1</sup>AHU [Avulsos do Pará], cx.02, doc. 104; AHU [Avulsos do Pará], cx. 02, doc. 94.

<sup>2</sup>Para debate sobre Arqueologia Histórica na Amazônia, conferir Lopes (2013) e Gomes (2013).

<sup>3</sup>Nas transcrições diretas dos documentos históricos, optei por utilizar a grafia original.

<sup>4</sup>Antigo Largo do Pelourinho.

<sup>5</sup>Deve-se destacar que essas áreas alagadas continuam a existir em Belém, inclusive com ocupações irregulares e de risco.

<sup>6</sup>Nesses locais não se produzia apenas açúcar, mas também água-ardente, sendo que em alguns momentos este produto foi o que prevaleceu (Marques 2004). A quantidade da produção também variou de acordo com a situação política e social da capitania do Grão-Pará: as determinações metropolitanas, epidemias, e o movimento da Cabanagem, por exemplo, foram condicionantes nesse sentido (Marques 2004).

<sup>7</sup>ARSI, Bras. 27, fol. 2v.

<sup>8</sup>Utilizo a transcrição do “Catálogo Catalogo deste Colégio de Santo Alexandre, seus bens, oficinas, fazendas, servos, gados, dispendios, e dividas activas e passivas” (1720), publicada na tese de doutoramento de Martins (2009).

<sup>9</sup>Utilizo a transcrição do “Inventário da Igreja e Colégio do Pará” (1760), publicada na tese de doutoramento de Martins (2009).

<sup>10</sup>As campinas são um tipo de vegetação pioneira que ocorrem na Amazônia, particularmente em solos de areia branca e hidromórficos. Elas não possuem fisionomia florestal e as áreas em que se desenvolvem podem sofrer inundações sazonais durante o ano, além disso, estão próximas às regiões com mata mais densa, em um esquema de transição (Velo, Rangel Filho & Lima 1991). A ponta de terra mais elevada onde foi fundada Belém provavelmente era de mata densa (Araujo 1998), em oposição ao bairro da Campina, que possivelmente possuía as características apresentadas por Velo, Rangel Filho & Lima (1991) para outras áreas na Amazônia.

<sup>11</sup>Salienta-se que o referido mapa, de origem holandesa, não possui escala e não descreve a cidade de acordo com a proposição de arruamento irradiado a partir do Forte do Presépio, como propõe Araujo (1998); as ruas parecem seguir organização aleatória.

<sup>12</sup>AHU [Avulsos do Pará], cx.02, doc. 104; AHU [Avulsos do Pará], cx. 02, doc. 94.

<sup>13</sup>Rei. 1707, in Anais da Biblioteca Nacional, vol. 67 s/d: 22.

<sup>14</sup>A Casa de Câmara, no século XVIII, foi transferida para a Campina, em um movimento de ocupação volumétrica da área entre este bairro e o da Cidade. Anos depois, nessa interseção, foi erigido o novo Palácio do Governo, existente hoje como Museu Histórico do Estado do Pará (Araujo 1998).

<sup>15</sup>A diocese do Pará foi criada em 1719, com Belém sendo a sede do bispo e elevação da igreja matriz à categoria de Sé. A partir de então, iniciou-se a construção do atual templo (Araujo 1998).

<sup>16</sup>ARSI, Bras. 27, fol. 2v.

<sup>17</sup>Melo e Castro 1761, in AHU [Avulsos do Pará], cx. 47, doc. 4341. Melo e Castro é o

sobrenome de uma pessoa.

<sup>18</sup>Melo e Castro 1761, in AHU [Avulsos do Pará], cx. 51, doc. 4639.

<sup>19</sup>Melo e Castro 1761 in AHU [Avulsos do Pará], cx. 49, doc. 4506.

## REFERÊNCIAS

Albuquerque, M., e V. Lucena. 2010. Arqueologia Amazônica: o potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras, in *Arqueologia Amazônica*, vol. 2. Editado por E. Pereira e V. Guapindaia, pp. 968-1019. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

Alcalá, L. E. 2012. De historias globales y locales: una aproximación a la historiografía de la arquitectura de los jesuitas en hispanoamérica, in *La arquitectura jesuítica. Actas del Simposio Internacional*. Editado por M. I. Á. Zamora, J. I. Fernández, e J. C. Mainar, pp. 473-496. Zaragoza: IFC.

Althusser, L. 2007. *Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Biblioteca de Ciências Sociais: Política*. São Paulo: Graal.

Araújo, J.A.A. 2000. *A quadra perfeita: um estudo sobre a arquitetura rural jesuítica*. Rio de Janeiro: Madgráfica.

Araujo, R. M. 2006. O Presépio da Feliz Lusitânia, in *Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*. Editado por Secretaria de Estado de Cultura do Pará, pp. 11-19. Belém: Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

\_\_\_\_\_. 1998. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP Publicações.

Azevedo, J.L. 1999[1901]. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém:

Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

Barcelos, A.H.F. 2000. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Bazin, G. 1983. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

Beaudry, M.C., L.J. Cook, e S.A. Mrozowski. 2007. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1(2):71-113.

Borrazás, P.M., R.B. Rotea, & X.M.A. Vila. 2002. *Arqueotectura 1: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura*. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe.

Bourdieu, P. 1999. A Casa Kabyle ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo* 8:147-159.

Carvalho, A.M.F.M. 2002. O Real Colégio de Salvador da Baía e as quatro igrejas de Salvador: um estudo de sua espacialidade, in *A arte no mundo português dos séculos XVI a XIX: confrontos, permanências, mutações. Atas do IV Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte*. Editado por M. H. O. Flexor, pp. 191-228. Salvador.

Castelnau-L'Estoile, C. 2006. *Operários de uma vinha estéril: os Jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru: Edusc.

Ceballos, A. R. G. 2012. *La arquitectura jesuítica en Castilla. Estado de la cuestión, in La arquitectura jesuítica. Actas del Simposio Internacional*. Editado por M.I.Á. Zamora, J.I. Fernández, e J.C. Mainar, pp. 305-325. Zaragoza: IFC

Certeau, M. 1998. *A invenção do cotidiano - Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes.

Coelho, G.M., & A.W. Coelho. 2005. Visibilidade e encobrimento do momumentum jesuítico em Belém, in *Feliz Lusitânia*

- : *Museu de Arte Sacra do Pará*. Editado por Secretaria de Estado de Cultural do Pará, pp. 11-54. Belém: Secretaria de Estado de Cultural do Pará.
- Coelho, R.G., & F.L.T. Marques. 2011. Processo de contato e primórdios da colonização na Bacia do Amazonas, in *Anais Congresso Internacional e Arqueologia Moderna: Velhos e Novos Mundos*. Lisboa.
- Costa, L. 1997[1941]. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 26:105-169.
- Crumley, C.L., & W.H. Marquardt. 1990. Landscape: a unifying concept in regional analysis, in *Interpreting space: GIS and archaeology*. Editado por K.M. Allen, S.W. Green, e E. B. Zubrow, pp. 73-79. London: Taylor and Francis.
- Cruz, E. 1962. Ver-o-Peso, um capítulo da história colonial do Pará. *Revista História* 24(50):519-526.
- \_\_\_\_\_. 1973. *História de Belém*. Belém: Ed. UFPA.
- Custódio, L.A.B. 2002. *A Redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia missionária*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Drennan, M. 2010. Architecture in archaeology: an examination of domestic space in Bronze Age Mesopotamia. *Honors Scholar Theses Paper* 167. Disponível em [http://digitalcommons.uconn.edu/srhonors\\_theses/167](http://digitalcommons.uconn.edu/srhonors_theses/167). Acesso em 22 fev. 2012.
- Eisenberg, J. 2000. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Figueiredo, J.R.H., e J.D.P. Martínez. 2006. El colegio jesuítico de San Juan Bautista de Monterrei-Verín: memorial del proceso de una expulsión. *Hispania Sacra, Estudios de Edad Moderna* 58(117):101-141.
- Foucault, M. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gomes, P.V., & R. Lobo. 2012. Arquitectura de los jesuitas en Portugal y en las regiones de influencia portuguesa, in *Actas del Simposio Internacional: La arquitectura jesuítica*. Editado por M.I.Á. Zamora, J.I.Fernández, e J.C. Mainar, pp. 497-521. Zaragoza: IFC.
- Gomes, R. N. C. 2013. *Arqueologia e cultura material: uma história contada em cacos de vidros e louças da Vila de Santo Antônio (Porto Velho-RO)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Brasil.
- Guzmán, D.A. 2008. A primeira urbanização: mamelucos, índios e europeus nas cidades Pombalinas da Amazônia, 1751-1757. *Revista de Cultura do Pará* 18(1):75-94.
- Hillier, B., & J. Hanson. 1984. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoornaert, E. 1977. *História da Igreja no Brasil. História Geral da Igreja na América Latina, 2*. Petrópolis: Vozes.
- Ingold, T. 2000. The temporality of the landscape, in *Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Editado por J. Leighly, pp. 315-350. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- Jurandir, D. 2004[1960]. *Belém do Grão-Pará*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Kamp, K. A. 1993. Towards an Archaeology of Architecture: clues from a modern Syrian village. *Journal of Anthropological Research* 49(4):293-317.
- Kettle, W., e M. Alves. 2008. Em busca da paternidade: Landi e a invenção da cidade histórica. *Revista de Estudos Históricos*

3(2):27-39.

Le Bihan. 2005. A igreja de Santo Alexandre: exemplo ímpar da poética jeuíta na Amazônia, in *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra, Série Restauo*. Editado por Secretaria de Estado de Cultural do Pará, pp. 55-75. Belém: Secretaria de Estado de Cultural do Pará.

Leite, S. 1945a. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa e Rio: Livraria Portuguesa/INL.

\_\_\_\_\_. 1945b. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa e Rio: Livraria Portuguesa/INL.

Leone, M. P., e S. D. Hurry. 1998. Seeing: The power of town planning in the Chesapeake. *Historical Archaeology* 32(4):34-62.

Lima, A.S. 2006. *A guerra pelas almas: alianças, recrutamentos e escravidão indígena (do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615-1647)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Brasil.

Lima, T.A. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas* 6(1):11-23.

Lopes, R.C.S. 2013. “Melhor sítio da terra”: Colégio e Igreja dos Jesuítas e a paisagem da Belém do Grão-Pará, Um estudo de arqueologia da arquitetura. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Brasil.

\_\_\_\_\_. 2011. “Indigitado estrupício”: arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio Belém (PA). *Amazônica* 2(3):370-390.

\_\_\_\_\_. 2010. As missões jesuítas e a urbanização da Amazônia Colonial, in *Vida e Cultura em nossas terras: O CCFC na Amazônia*. Editado por F. Meroni, pp. 270-294.

Belém: Centro de Cultura e Formação Cristã.

\_\_\_\_\_. 2009. *Novas vilas, antigas aldeias: o sentido da urbanização na Amazônia colonial (1751-1759)*. Monografia de Graduação, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Brasil.

Marques, F.L.T. 2010. “Um sítio indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas recentes em Arqueologia Urbana em Belém do Pará”, in *Belém do Pará: história, cultura e sociedade*. Editado por L.T.L. Simonian, pp. 49-58. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará.

\_\_\_\_\_. 2006. “Investigação Arqueológica na Feliz Lusitânia”, in *Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat, Série restauo*. Editado por Secretaria de Estado de Cultural do Pará, pp. 147-187. Belém: Secretaria de Estado de Cultural do Pará.

\_\_\_\_\_. 2005. “Prospecção arqueológica no Palácio Episcopal de Belém”, in *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra, Série Restauo*. Editado por Secretaria de Estado de Cultural do Pará, pp. 101-119. Belém: Secretaria de Estado de Cultural do Pará.

\_\_\_\_\_. 2004. *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenbos dos Séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

Martins, R.M.A. 2009. *Tintas da Terra, Tintas do Reino: Arquitetura e Arte nas Missões Jesuítas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

Meira Filho, A. 1976a. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa.

- \_\_\_\_\_. 1976b. *Landi, esse desconhecido*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- \_\_\_\_\_. 1976c. *O Bi-secular palácio de Landi*. Belém: Gafisa.
- Meira Filho, A., R. Tourinho, e C. A. O. d. Couto. 1975. Baixadas de Belém, Problema secular. Aspectos históricos e sociais – A engenharia Sanitária a serviço da comunidade. *Revista de Cultura do Pará* 20 e 21:77-100.
- Mello Júnior, D. 1973. *Antônio Landi, Arquiteto de Belém*. Belém: Governo do Estado do Pará.
- Moreira, E. 1976. Os igapós e seu aproveitamento. *Cadernos do NAEA* 2:109.
- Najjar, R. 2011. Para além dos cacós: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 6(1):71-91.
- Nichole, B. 2009. Landscape Approaches in Historical Archaeology: The Archaeology of Places, in *International Handbook of Historical Archaeology*. Editado por T. Majewski e D. Gaimster, pp. 51-65. Nova York: Springer.
- Orser Jr, C.E. 2006. Symbolic Violence and Landscape Pedagogy: an illustration from the Irish Countryside. *Historical Archaeology* 40(2):28-44.
- Oliveira, M.A.R. 2005. A epopéia jesuítica no Amazonas e sua obra arquitetônica e escultórica, in *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra, Série Restauro*. Editado por Secretaria de Estado de Cultural do Pará, pp. 77-91. Belém: Secretaria de Estado de Cultural do Pará.
- Penteado, A. R. 1968. *Belém – Estudo de geografia urbana*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- Reis, N.G. 2000. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: FUPAM.
- Ruão, C. 2006. “Eupalinos Moderno”: teoria e prática da arquitetura religiosa em Portugal (1550-1640). Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Santos, P. 1951. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos.
- Sebastian, S. 1994. *Mensaje simbólico del Arte Medieval: arquitectura, liturgia e iconografía*. Madrid: Ediciones Encuentro.
- Souza, M.A.T. 1995. Arqueologia da paisagem e sítios militares. um estudo de um forte colonial em Laguna – Santa Catarina, Brasil. *Historical Archaeology in Latin America* 6:113-122.
- Steadman, S.R. 1996. Recent research in the archaeology of architecture: beyond the foundations. *Journal of Archaeological Research* 4(1):51-93.
- Tilley, C. 1999. *Metaphor and Material Culture*. Malden: Blackwell Publishers Inc.
- Tocantins, L. 1987. *Santa Maria de Belém do Grão-Pará, instantes e evocações da cidade*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Veloso, H. P., A. L. R. Rangel Filho, e J. C. A. Lima. 1991. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.
- Zarankin, A. 2008. Los guardiones del capital: arqueología de la arquitectura de los bancos de Buenos Aires, in *Sed non Satita II: acercamientos sociales en la arqueología latino-americana*. Editado por F.A. Acuto e A. Zarankin, pp. 325-339. Córdoba: Encuentro Grupo Editor.
- \_\_\_\_\_. 2001. *Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires*. São Paulo: Universidade de Campinas.



Zarankin, A., e C. Niro. 2010. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-1983). *Revista Internacional de Direito e Cidadania* 6:17-32.

## FONTES HISTÓRICAS

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). [Avulsos do Pará], cx. 02, doc. 94.

\_\_\_\_\_. cx.02, doc. 104.

\_\_\_\_\_. cx. 47, doc. 4341.

\_\_\_\_\_. cx. 49, doc. 4506.

\_\_\_\_\_. cx. 51, doc. 4639.

ARSI, Bras. 27, fol. 2v. Catálogo [extrato] dos Colégios do Maranhão e Pará pelo Superior da Missão João Felipe Bettendorff (1671), in Guzmán, D.A., F.N. Fontenelle, e R.C.S. Lopes. 2009. *Relatório Final de Pesquisa “Patrimônio Jesuíta no Pará e Amapá (1653-1759)”*. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Baena, A. L. M. 2004[1885]. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal.

Berredo, B.P. 1905[1749]. *Annaes historicos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o que mais nelle se tem succedido desde em que foy descoberto até o de 1718*. Florença: Typografia Barbêra.

Bettendorff, J.F. 1990[1698]. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*, Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

La Condamine, C.M. 2000[1745]. *Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal. Mendonça, M.C. 2005. *Amazônia na Era Pombalina*. Brasília: Senado Federal.

Morais, J. 1860[1759]. *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio.

Rei. 1707. “Sobre se lhe dizer não deve ser aceita a offerta que faz Jose Sanches de Brito de fazer a sua custa huma Fortaleza Rial na Capitania do Pará”, in *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 67. Rio de Janeiro: Divisão de Obras e Publicações.

Recebido em 17/01/2013

Aprovado em 27/11/2013